

Demonstrações Contábeis Regulatórias 2022

Ampla Energia e Serviços S.A.

Enel Distribuição Rio

CNPJ: 33.050.071/0001-58

Ampla Energia e Serviços S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório da administração regulatório.....	01 a 15
Relatório dos auditores independentes.....	16 a 20
Balancos regulatórios.....	21 a 22
Demonstrações dos resultados regulatórias.....	23
Demonstrações dos resultados abrangentes regulatórias.....	24
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatórias.....	25
Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórias.....	26
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias.....	27 a 117
Declaração dos diretores	118
Termo de responsabilidade	119

Relatório da Administração - 2022

Enel Distribuição Rio

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Relações com Investidores

<https://www.enel.com.br/pr/investidores/enel-distribuicao-rio.html> | brasil.investorrelations@enel.com

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022 - REGULATÓRIO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Ampla Energia e Serviços S.A. (“Enel Distribuição Rio” ou “Companhia”) submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, com o relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2022, exceto quando especificado em contrário. Os dados operacionais marcados com (*) não foram auditados pela auditoria independente KPMG Auditores Independentes.

1 CONTEXTO SETORIAL E REGULATÓRIO*

A Enel Distribuição Rio é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica sujeita à regulamentação da ANEEL e do MME. A Companhia também está sujeita aos termos do seu contrato de concessão, que foi celebrado com a ANEEL em 1996, concedendo-lhe o direito de distribuir energia na sua área de concessão até dezembro de 2026.

A tarifa de energia elétrica (uso de rede e fornecimento), praticada pela Companhia na distribuição de energia a clientes finais, é determinada de acordo com o seu contrato de concessão e com a regulamentação estabelecida pela ANEEL. Ambos estabelecem um teto para a tarifa e preveem ajustes anuais (reajuste tarifário), periódicos (a cada quatro anos) e extraordinários (quando há observância de um significativo desequilíbrio econômico-financeiro).

Nos ajustes das tarifas de energia elétrica, a ANEEL divide os custos de distribuição entre (i) custos não gerenciáveis pela distribuidora (chamados Parcela A) e (ii) custos gerenciáveis pela distribuidora (chamados Parcela B). Na Parcela A estão inclusos, entre outros, o custo de energia comprada para revenda, os encargos setoriais, e os custos referentes aos encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Os custos da Parcela B compreendem, entre outros, o retorno sobre os investimentos relacionados à concessão, considerados na Base de Remuneração Regulatória (“BRR”) da Companhia, os custos e depreciação regulatória, e os custos de operação e manutenção do sistema de distribuição.

Nos reajustes tarifários anuais, os custos da Parcela A são repassados aos clientes e os custos da Parcela B são corrigidos de acordo com o índice IGP-M ajustado pelo Fator X, que constitui em uma somatória do componente de produtividade, de trajetória de custos operacionais e de qualidade.

A data de aniversário dos reajustes anuais e revisões tarifárias da Enel Distribuição Rio é 15 de março.

Bandeiras Tarifárias vigentes

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- **Bandeira verde:** condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- **Bandeira amarela:** condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/22 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,989 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- **Bandeira vermelha:** condições mais custosas de geração. A partir de 01/07/22 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 6,5 (patamar 1) e R\$ 9,795 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- **Bandeira Escassez Hídrica** possuiu vigência de setembro de 2021 a abril de 2022 e a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2021 e 2022, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

Relatório da Administração Regulatória

Enel Distribuição Rio 2022

2021	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	213,42	136,72	127,36	92,88	203,88	251,84	583,88	583,88	Resolução CREG nº 3/2021 - Bandeira Escassez Hídrica			

2022	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	Resolução CREG nº 3/2021 Bandeira Escassez Hídrica			55,70	55,70	55,70	55,70	97,48	56,78	55,70	55,70	55,70

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 14 de dezembro de 2021, a Resolução Homologatória n.º 2.994 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2022. O PLD máximo foi fixado em R\$ 646,58/MWh e o valor mínimo em R\$ 55,70/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2022.

Em 29 de dezembro de 2022, a Resolução Homologatória n.º 3.167 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2023. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.391,56/MWh e o valor mínimo em R\$ 69,04/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2023.

Reajuste Tarifário Anual 2022

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 15 de março, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2022 a ser aplicado a partir de 15 de março de 2022.

A ANEEL aprovou um reajuste de +11,98% composto por (i) reajuste econômico de +11,02%, sendo +7,56% de Parcela A, +3,46% de Parcela B e (ii) componente financeiro de +0,96%. Considerando o componente financeiro considerado no último processo tarifário de +4,89%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +16,86%.

Revisão Tarifária Extraordinária 2022

A ANEEL, em reunião pública de sua diretoria realizada em 12 de julho de 2022, deliberou sobre a revisão tarifária extraordinária de 2022 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 13 de julho de 2022. A ANEEL aprovou um reajuste de +7,26% composto por (i) reajuste econômico de +10,89%, sendo +7,44% de Parcela A, +3,46% de Parcela B e (ii) componente financeiro de -3,64%. Considerando o componente financeiro considerado no último processo tarifário de -11,47%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de -4,22%.

O reajuste tarifário médio de -4,22% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo -3,86% e -4,34% para alta e baixa tensão, respectivamente.

Em 04 de Agosto de 2022 a Diretoria Geral da ANEEL publicou Despacho nº 2.104, suspendendo a revisão extraordinária da Companhia, devido à decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1044601-25.2022.4.01.3400, em trâmite perante a 13ª Vara Federal do Distrito Federal.

Relatório da Administração Regulatório

Enel Distribuição Rio 2022

A Enel Rio impugnou pedido de liminar suspendendo à revisão extraordinária, pois até então à ANEEL ainda não julgou o pedido de revisão extraordinária devido aos efeitos ocorridos durante à pandemia da COVID-19.

Conta-Covid

Em 10 de março de 2022, a Enel Rio protocolou pedido de reequilíbrio econômico à ANEEL, em função de situação extraordinária decorrente de lei estadual que impediu os cortes de energia em 2020 e 2021 e provocou aumento no nível de inadimplência.

2 PRINCIPAIS INDICADORES

DESTAQUES NO PERÍODO

	2022	2021	Var. %
Receita Bruta (R\$ mil)	10.308.205	11.296.445	-8,7%
Receita Líquida (R\$ mil)	6.089.540	6.940.947	-12,3%
EBITDA (1) (R\$ mil)*	872.113	308.761	>100,0%
Margem EBITDA (%)*	14,32%	4,45%	9,87 p.p
EBIT (2) (R\$ mil)*	404.310	(215.175)	<-100,0%
Margem EBIT (%)*	6,64%	-3,10%	9,74 p.p
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	(287.644)	(368.386)	-21,9%
Margem Líquida	-4,72%	-5,31%	0,59 p.p
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	11.300	11.181	1,1%
CAPEX (R\$ mil)*	1.445.854	1.142.868	26,5%
DEC (12 meses)*	9,61	9,88	-2,7%
FEC (12 meses)*	4,45	5,17	-13,9%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	94,55%	94,50%	0,05 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	21,14%	23,56%	-2,42 p.p

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações e (2) EBIT: Resultado do Serviço

3 DESEMPENHO OPERACIONAL / COMERCIAL

Unidades

Consumidoras

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	2022	2021	Var. %
Mercado Cativo	3.060.869	2.708.988	13,0%
Residencial - Convencional	2.509.529	2.320.872	8,1%
Residencial - Baixa Renda	328.227	184.524	77,9%
Industrial	3.592	3.340	7,5%
Comercial	135.766	121.119	12,1%
Rural	64.829	61.278	5,8%
Setor Público	18.926	17.855	6,0%
Clientes Livres	952	763	24,8%
Industrial	140	137	2,2%
Comercial	697	572	21,9%
Rural	21	-	-
Setor Público	93	53	75,5%
Residencial	1	1	-
Revenda	5	5	-
Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados	3.061.826	2.709.756	13,0%

A Companhia encerrou 2022 com um aumento de 13,0% no número de consumidores efetivos faturados em relação ao registrado em 2021, explicado pelo crescimento de 13,0% e 24,8% no mercado cativo e no mercado livre, respectivamente.

Relatório da Administração Regulatório

Enel Distribuição Rio 2022

No mercado cativo, os clientes residenciais – convencionais registraram aumento de 8,1% enquanto a classe residencial baixa renda, registrou um aumento significativo de 77,9% no trimestre, reflexo da entrada de novos clientes e recuperação de consumidores irregulares.

Além deste efeito, para a classe baixa renda houve também o impacto da migração de clientes devido a implementação da resolução normativa 953/2021 da Aneel, que passou a vigorar em 2022, e tornou obrigatório a atualização cadastral e o enquadramento automático de clientes aptos a adesão em tal categoria.

Já os clientes livres apresentaram crescimento de 24,8% no trimestre, refletindo a migração de clientes do mercado cativo.

Venda de Energia na Área de Concessão

A venda de energia na área de concessão da Companhia, conforme demonstrado na tabela a seguir, encerrou 2022 em 11.300 GWh, representando um aumento de 1,1% em comparação a 2021.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	2022	2021	Var. %
Mercado Cativo	7.735	8.084	-4,3%
Clientes Livres	3.059	2.617	16,9%
Revenda	482	462	4,3%
Consumo Próprio	24	17	41,2%
Total - Venda e Transporte de Energia	11.300	11.181	1,1%

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	2022	2021	Var. %
Residencial - Convencional	4.438	4.827	-8,1%
Residencial - Baixa Renda	386	238	62,2%
Industrial	140	149	-6,0%
Comercial	1.409	1.471	-4,2%
Rural	141	166	-15,1%
Setor Público	1.221	1.233	-1,0%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	7.735	8.084	-4,3%

O consumo do mercado cativo em 2022 apresentou uma redução de 4,3% em relação ao mesmo período do ano passado.

Os principais destaques foram o aumento do consumo da classe residencial baixa renda refletindo o maior número de consumidores nessa categoria e a redução das demais classes, relacionado às temperaturas mais baixas registradas ao longo do ano, além da deterioração do poder de consumo dos clientes em comparação ao ano passado.

Relatório da Administração Regulatório Enel Distribuição Rio 2022

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	2022	2021	Var. %
Industrial	2.097	1.887	11,1%
Comercial	703	578	21,6%
Rural	44	-	-
Setor Público	210	149	40,9%
Residencial	4	3	33,3%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	3.059	2.617	16,9%

Em 2022 o consumo no mercado livre registrou um aumento de 16,9% versus o mesmo período no ano anterior, em razão principalmente de uma adequação no procedimento de faturamento no 1T21, que passou a ser realizado nos primeiros dias do mês seguinte à leitura. Anteriormente, o processo de leitura e faturamento eram realizados no mesmo mês.

Compra de Energia

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	2022	2021	Var. %
Itaipu	2.106	2.143	-1,7%
Angra I e II	393	408	-3,7%
PROINFA	202	204	-1,0%
Leilão e Quotas	9.575	9.740	-1,7%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	12.276	12.495	-1,8%
Liquidação na CCEE	(612)	(800)	-23,5%
Total - Compra de Energia	11.664	11.695	-0,3%

Qualidade do Fornecimento



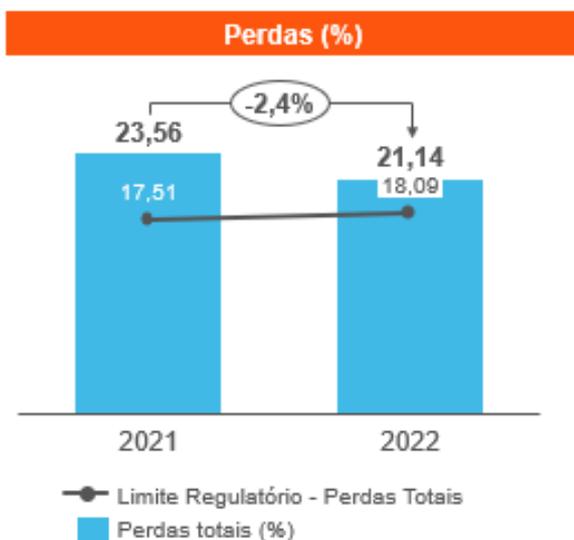
Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. Ao longo de 2022 a área de Concessão da Enel Rio foi significativamente atingida por um volume de chuvas acima da média para o período, principalmente no final do primeiro trimestre. Tais fatos representam uma parcela significativa do impacto principalmente no DEC da Companhia. Ainda assim, o indicador DEC registrou uma melhora de 2,7%, com um melhor desempenho no quarto trimestre.

Relatório da Administração Regulatório Enel Distribuição Rio 2022

Já o FEC registrou uma redução de 13,9% em relação a 2021. Esta melhoria na qualidade do sistema tem como principal reflexo o resultado dos investimentos contínuos em automação e telecomandos realizados ao longo dos anos.

Por fim, cabe destacar que os esforços e iniciativas da Companhia voltadas para a melhoria constante dos indicadores de qualidade correspondem em 2022 o menor nível registrado para ambos os indicadores nos últimos cinco anos.

Disciplina de Mercado



As perdas de energia TAM¹ – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram 21,14% no 4T22, uma redução de 2,42 p.p. em relação às perdas registradas no 4T21, de 23,56%. As maiores perdas estão concentradas principalmente nas chamadas áreas de risco, regiões onde a Companhia tem dificuldades operativas, e que apresentam maior nível de furto e desperdício de energia.

A redução observada é resultado efeito da REN Aneel 863/2019, que obrigou as distribuidoras a faturar os clientes do Grupo A conforme calendário cível a partir de janeiro de 2021. Por esta razão, foi necessário um ajuste de processo e postergação no faturamento destes clientes, o que contribuiu com o maior valor registrado em 2021, uma vez que o índice de perdas é calculado com base na quantidade de energia faturada do cliente.

O plano de combate as perdas de energia da Enel Rio mantêm suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita, principalmente na recuperação do seu ciclo comercial, com projetos com foco na recuperação de clientes cortados, mapeamento e conexão de consumidores clandestinos, redução de passivos em manutenção de equipamentos de medição e melhorias nos processos de leitura, reduzindo a quantidade de clientes faturados por média e mínimo.

Arrecadação



Em relação ao indicador de arrecadação, o mesmo manteve-se praticamente estável, com um pequeno aumento de 0,05 pontos percentuais no 4T22 versus 4T21, mesmo considerando o impacto negativo na arrecadação decorrente da redução da alíquota de ICMS incidente nas contas de energia elétrica desde julho de 2022.

Relatório da Administração Regulatório

Enel Distribuição Rio 2022

A Companhia continuou com a realização de ações para reduzir os níveis de inadimplência durante o 4T22, tais como ações de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, parcelamento de faturas e canal de negociação online para liquidação de valores em aberto.

4

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL)

	2022	2021	Var. %
Receita Operacional Bruta	10.308.205	11.296.445	-8,7%
Deduções à Receita Operacional	(4.218.665)	(4.355.498)	-3,1%
Receita Operacional Líquida	6.089.540	6.940.947	-12,3%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(5.685.230)	(7.156.122)	-20,6%
EBITDA	872.113	308.761	182,5%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>14,3%</i>	<i>4,4%</i>	<i>9,9 p.p.</i>
EBIT	404.310	(215.175)	-287,9%
<i>Margem EBIT</i>	<i>6,6%</i>	<i>-3,1%</i>	<i>9,7 p.p.</i>
Resultado Financeiro	(798.308)	(374.719)	113,0%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	106.354	221.508	-52,0%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(287.644)	(368.386)	-21,9%
<i>Margem Líquida</i>	<i>-4,7%</i>	<i>-5,3%</i>	<i>0,6 p.p.</i>
Lucro (Prejuízo) por Ação (R\$/ação)	(1,20)	(2,21)	-50,0%

Receita Operacional

No acumulado do ano, a receita operacional líquida da Companhia apresentou uma variação negativa de 12,3%, ou R\$ 851,4 milhões, em relação ao mesmo período no ano anterior, totalizando R\$ 6,1 bilhões. Tal redução é resultado dos seguintes efeitos:

- Redução de R\$ 193,2 milhões na rubrica de fornecimento de energia para o mercado cativo refletindo os seguintes efeitos: (i) menor arrecadação em relação ao ano passado em decorrência da redução da alíquota de ICMS incidente nas contas de energia elétrica desde julho de 2022 e (ii) a queda no consumo de energia desta classe no período em questão;
- Redução de R\$ 716,2 milhões na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial, decorrente da menor constituição de ativo regulatório entre períodos, refletindo a melhora do cenário hidrológico no país, reduzindo custos e encargos do setor e
- Redução de R\$ 282,1 milhões na rubrica de Venda de Energia Excedente (MVE) em relação a 2021, como resultado, do menor PLD em 2022.

Deduções da Receita

Em 2022, as deduções da receita totalizaram R\$ 4,2 bilhões, contra R\$ 4,4 bilhões em 2021, representando uma redução de 3,1% ou R\$ 136,8 milhões, resultado, sobretudo da:

- Redução de R\$ 466,1 milhões no montante pago de ICMS, COFINS e PIS na parte tributos e;
- Aumento de R\$ 337,1 milhões nos encargos da conta de desenvolvimento energético – CDE em função do pagamento do empréstimo relacionado a conta covid contraído em 2020.

Relatório da Administração Regulatório

Enel Distribuição Rio 2022

Custos e Despesas Operacionais

No segmento de distribuição de energia, de acordo com a ANEEL, a estrutura de custos e despesas operacionais é dividida entre (i) Parcela A (chamados de aqui custos não gerenciáveis pela distribuidora) e (ii) Parcela B (que representam os custos gerenciáveis pela distribuidora).

Na Parcela A, ou custos não-gerenciáveis, estão inclusos os custos de energia comprada para revenda, os encargos setoriais, e os custos referentes aos encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Os custos da Parcela B compreendem, entre outros, os custos de operação e manutenção do sistema de distribuição e sua depreciação.

Os custos e despesas operacionais em 2022 apresentaram uma redução de 20,6% (R\$ 1,5 bilhão) em relação a 2021.

Custos e despesas não gerenciáveis (redução de R\$ 1,2 bilhões): totalizaram R\$ 3,7 bilhões, 25,2% inferior em comparação ao valor registrado em 2021.

Tal variação é justificada principalmente pela redução na ordem de R\$ 1,0 bilhões na rubrica de Energia Elétrica Comprada para Revenda em razão da redução dos custos com a energia comprada de Itaipu, resultado da desvalorização do Dólar frente ao Real em 2022 versus 2021.

Custos e despesas gerenciáveis (redução de R\$ 224,6 milhões): totalizaram R\$ 2,0 bilhões, 10,2% inferior em comparação ao valor registrado em 2021. Esta variação é resultado, principalmente:

- Redução de R\$ 264,6 milhões na rubrica de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa explicado por ações realizadas ao longo do ano, em particular no terceiro trimestre;
- Parcialmente compensada por um aumento de R\$ 114,9 milhões na linha de Materiais e Serviços de Terceiros devido ao aumento dos custos da companhia referente a manutenção operacional em campo, visita técnica para atendimento aos clientes ao longo de 2022.

EBITDA*

O EBITDA da Enel Rio em 2022 atingiu o montante de R\$ 872,1 milhões, o que representa um aumento de R\$ 563,4 milhões em relação a 2021.

O aumento do EBITDA é explicado principalmente pelo efeito positivo da redução dos custos e despesas operacionais de natureza não gerenciável em virtude da melhora do cenário hidrológico do país, parcialmente compensado pela redução da receita líquida.

Resultado Financeiro

Em 2022, o Resultado Financeiro Líquido da Companhia totalizou uma despesa líquida de R\$ 798,3 milhões, representando um aumento de R\$ 423,6 milhões em relação a 2021.

A variação observada explica-se pelo aumento líquido nas rubricas de dívida (Instrumento financeiro derivativo, variação cambial de dívidas, juros debentures e encargos de dívidas e mútuos) devido, principalmente, ao aumento de encargos em decorrência do aumento do CDI no período em 8 p.p (12,4% em 2022 x 4,4% em 2021).

Relatório da Administração Regulatório

Enel Distribuição Rio 2022

Resultado Líquido

A Companhia registrou prejuízo de R\$ 287,6 milhões em 2022, o que representa uma melhora de R\$ 80,7 milhões em relação ao mesmo período em 2021, em decorrência principalmente do maior EBITDA registrado em 2022 em relação ao ano anterior, pelas razões explicadas acima.

5 ENDIVIDAMENTO E LIQUIDEZ

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	2022	2021	Var. %
Dívida bruta (R\$ mil)	5.495.070	5.991.097	-8,3%
Dívida com Terceiros	636.080	971.630	-34,5%
Dívida Intercompany	4.858.990	5.019.467	-3,2%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	197.125	357.689	-44,9%
Dívida Líquida (R\$ mil)	5.297.945	5.633.408	-6,0%

A dívida bruta da Companhia diminuiu R\$ 496 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente por: (i) novas captações no montante de R\$ 1.348 milhões para capital de giro e refinanciamento de dívidas, dos quais R\$ 307 milhões referem-se a mútuos com sua controladora Enel Brasil e R\$ 1.041 milhões referem-se a empréstimos com a Enel Financial International; (ii) provisão de encargos e variações monetárias de R\$ 753 milhões; compensados, por (iii) amortizações em torno de R\$ 2.117 milhões, e pagamento de encargos em aproximadamente R\$ 552 milhões ocorridos entre os períodos. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste de marcação à mercado relacionado aos SWAPs de dívidas vigentes no valor de R\$ 71 milhões.

A Enel Distribuição Rio encerrou o ano de 2022 com o custo médio de dívida no período de 14,78% a.a.

Classificação de Riscos (Rating)

Em 06 de setembro de 2022, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 80 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio dos Despachos N°s 2.979/2018, 1.923/2020, 902/2021 e 3.754/2021, que totalizam R\$ 5.800 milhões.

A Companhia também possui limite de mútuo com as mutuantes CDSA e Enel CIEN. aprovado pela ANEEL, por meio do despacho N° 647/2021, no valor de até R\$ 500 milhões.

Da dívida intercompany, o montante de R\$ 1.409 milhões, refere-se a crédito com a controladora Enel Brasil cuja exigibilidade é flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

6 INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	2022	2021	Var. %
Novas Conexões	544.298	433.498	25,6%
Rede	466.364	406.540	14,7%
Combate às Perdas	149.728	174.338	-14,1%
Qualidade do Sistema Elétrico	251.248	157.193	59,8%
Adequação à carga	65.388	75.009	-12,8%
Outros	435.192	302.830	43,7%
Total Investido	1.445.854	1.142.868	26,5%
Aportes / Subsídios / Depósitos Judiciais	-	-	-
Investimento Líquido	1.445.854	1.142.868	26,5%

Em 2022, a Companhia investiu R\$ 1.145,9 milhões, montante 26,5% superior ao investido em 2021, com destaque para os investimentos voltados para qualidade do sistema elétrico com crescimento de 59,8% no ano, que contribuem para a melhora dos indicadores DEC e FEC.

Na rubrica “outros”, destacam-se os investimentos relativos ao projeto Grid Blue Sky, que dentre outras iniciativas, visa a padronização de processos e serviços compartilhados, como o controle inteligente do processo de qualidade e segurança.

7 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL*

Comprometida com o desenvolvimento sustentável e empenhada em contribuir com soluções para grandes desafios globais – como o acesso à energia, a minimização dos efeitos das mudanças climáticas e o desenvolvimento local, a Enel Distribuição Rio atua de forma a criar valor sustentável por meio de seus negócios, focando no relacionamento com as partes interessadas e no desenvolvimento de projetos socioambientais, incluindo os de economia circular. Dentro disso, contribuimos diretamente para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um movimento global da Organização das Nações Unidas (ONU) onde estamos especialmente comprometidos com quatro dos 17 ODS: Energia Limpa e Acessível (ODS 7); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

Os compromissos de sustentabilidade guiam a estratégia da empresa e se traduzem em ações e indicadores ESG (ambientais, sociais e de governança, em inglês), de forma a qualificar nosso desempenho e maximizar a geração de valor para todos os públicos com os quais nos relacionamos. A integração dos fatores ambientais, sociais e de governança é garantida por processos estruturados em todo o Grupo e por meio do nosso Plano de Sustentabilidade cuja elaboração anual inclui: análise do contexto ESG, identificação de prioridades para nossa empresa e nossos stakeholders, planejamento e implementação de ações e projetos de apoio aos objetivos de sustentabilidade. Todas as etapas do processo contam com o respeito aos direitos humanos como elemento fundamental para a busca do sucesso sustentável.

Considerando o Plano de Sustentabilidade da Enel Distribuição Rio em 2022 que contou com 56 ações, registramos o avanço geral de 104% no fechamento do ano, sendo avanço de 93% em metas ambientais, 106% em metas sociais e 108% em ações para garantir ou aumentar a governança. Esses bons resultados demonstram um trabalho integrado entre diversas áreas da empresa no alcance de uma gestão sustentável e inclusiva.

Relatório da Administração Regulatório Enel Distribuição Rio 2022

Projetos Socioambientais

O modo de desenvolver e gerir relacionamentos com as comunidades, por meio da realização de projetos socioambientais em toda a área de atuação da companhia, também visa atender às demandas reais do entorno, alinhadas aos negócios e propósitos do Grupo e com foco na criação de valor compartilhado.

O programa de Sustentabilidade da Enel Brasil, Enel Compartilha, vem atuando para promover o consumo consciente, a inclusão, o empreendedorismo, a capacitação profissional e o acesso à energia a todas as pessoas, destacando-se o combate ao desperdício e ao uso eficiente e consciente de energia. Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, engajar lideranças locais, educar crianças e jovens para o uso seguro da energia, além de apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades também são focos de sua atuação.

Na Enel Distribuição Rio, os 59 projetos desenvolvidos em 2022 beneficiaram 440 mil pessoas, com um investimento de R\$ 50 milhões. Também foi gerado o valor de R\$ 7,3 milhões em renda extra para as comunidades, por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo. Com o programa Enel Compartilha Eficiência foram trocadas gratuitamente cerca de 1.535 geladeiras e 69 mil lâmpadas dos clientes das distribuidoras. Entre os projetos realizados, destacam-se:

Escola de Mulheres Eletricistas: Em março foi realizada a formatura da primeira turma do Escola de Mulheres Eletricistas da Enel Rio, no Centro de Excelência Operacional da Enel, em Cabo Frio. As 17 formandas receberam suas certificações pelo Sesi/SENAI após três meses de formação e foram contratadas por uma fornecedora parceira da empresa na região dos Lagos. Todas as eletricistas foram acompanhadas pelo programa Enel Compartilha Oportunidade durante esse processo de contratação. O projeto foi realizado em parceria com a Firjan SENAI e teve como objetivo romper com o conceito de gênero predominantemente masculino da profissão de eletricista, ampliar a diversidade corporativa e proporcionar oportunidades igualitárias para que essas mulheres possam atuar como eletricistas na companhia e em suas parceiras. No ano de 2022 foram capacitadas 17 mulheres pelo projeto, sendo 15 contratadas para atuar em empresas parceiras como eletricistas.

Canteiro Sustentável: Em setembro ocorreu a entrega da Subestação Entroncamento Lagos, no município de Rio das Ostras. A subestação foi a primeira do grupo Enel no Brasil a contar com iniciativas de Sustentabilidade desde o seu planejamento. A obra contou com mais de 30.000 m² de solo reutilizado, uma área plantada de 9.500m² com 535 mudas de plantas nativas, além de 42 toneladas de materiais reciclados e 12 toneladas de ferragens reutilizadas. A Enel também promoveu atividades culturais e socioeducativas beneficiando a população do entorno. Entre elas, o projeto Enel Compartilha Energia na Escola, cujas atividades foram oferecidas para mais de 300 alunos e professores de duas escolas municipais. Outra iniciativa foi com o Laboratório Cidades Criativas, um programa de design urbano e ocupação cultural que busca reestruturar praças públicas de cinco cidades fluminenses: Rio das Ostras, São João da Barra, Macaé, Casimiro de Abreu e Rio Bonito. Por meio de outro projeto de Sustentabilidade, o Colorindo com Energia, foi pintado o muro da subestação com a frase “E você, é sustentável?”, simbolizando todas as iniciativas de sustentabilidade que ocorreram durante a construção da obra.

Caravana Enel: A caravana #Enelporvocê iniciou suas edições no Rio no mês de julho, no município de Macuco. A caravana consiste num mutirão de serviços da Enel que envolve ações técnicas de poda, melhorias na rede e ações de Sustentabilidade como troca de lâmpadas e geladeiras, informações sobre o consumo correto e seguro da energia, atendimentos comerciais e sorteio de brindes, além de parcerias com órgãos municipais. Ao todo foram realizadas cinco edições em 2022 nos municípios de Macuco, Angra dos Reis, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu e Petrópolis, beneficiando 227 famílias com a troca gratuita de geladeiras antigas por modelos novos com selo Procel A, além de troca de lâmpadas comuns por LED. As atividades de Sustentabilidade beneficiaram mais de mil pessoas nas caravanas.

Relatório da Administração Regulatório Enel Distribuição Rio 2022

Enel Compartilha Empreendedorismo: A loja móvel do programa Enel Compartilha Empreendedorismo foi lançada na Feira do Empreendedor, evento organizado pelo Sebrae Rio. A unidade móvel será utilizada pelos grupos produtivos do programa, e foi viabilizada por meio de uma contrapartida social via BNDES. O automóvel, adaptado para a loja, é todo customizado e faz a comercialização de peças criadas a partir do conceito de economia circular e upcycling, como as roupas da Coleção Energia, produzidas a partir de uniformes utilizados pelos operadores da Enel, e as biojoias, confeccionadas com cabos e fios reaproveitados da rede elétrica. Durante os 3 dias de evento na Feira do Empreendedor, a loja móvel vendeu mais de 150 peças e gerou cerca de R\$ 14 mil em renda para as costureiras do projeto.

Parceiro Responsável: Desde 2007, o programa tem como objetivo principal desenvolver e engajar a cadeia de suprimentos da Enel nas temáticas de sustentabilidade e na Agenda 2030 da ONU. Em 2022, foram capacitadas 1.109 pessoas de 390 empresas fornecedoras. Entre os temas abordados, destacam-se a Estratégia de Sustentabilidade da Enel e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), Direitos Humanos, Ética, Gestão Ambiental, Economia Circular, Eficiência Energética, Sistema de Compliance para pequenas e médias empresas. Anualmente são premiadas as empresas com melhor gestão de sustentabilidade, de acordo com o desempenho nos requisitos da Enel, e as empresas com as melhores práticas em sustentabilidade.

Due Diligence de Direitos Humanos (DDDH): Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais e reduzir os riscos inerentes a esse tema, a Enel realiza a cada 3 anos seu processo de DDDH em suas atividades. O último ciclo teve início em 2020, envolvendo os principais stakeholders por meio de pesquisas e entrevistas. A avaliação do nível de gestão da Enel sobre o tema identificou 95% de integração das políticas da empresa aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, contra 73% de aderência identificada em 2017. Esse processo gerou um Plano de Ação com 15 iniciativas de melhorias para serem executadas entre os anos de 2021 e 2022. Em 2022, o Plano de Ação foi concluído com um avanço geral de 98% das atividades planejadas para o biênio. Entre as principais ações realizadas podemos destacar o treinamento de 100% das equipes de segurança patrimonial sobre o tema de respeito aos Direitos Humanos a implantação de critérios de avaliação de direitos humanos no sistema de gestão dos fornecedores, a revisão e divulgação da nova Política de Direitos Humanos e a implantação de novas ações para a promoção da diversidade no quadro de colaboradores Enel, com a criação de grupos de afinidade, treinamentos e campanhas de comunicação.

Rede do Bem: A Rede do Bem, programa de voluntariado corporativo da Enel no Brasil, lançado em 2012, tem feito a diferença nas vidas dos colaboradores da companhia e na de milhares de pessoas que são beneficiadas nas comunidades. Com o foco de estimular a cidadania e uma cultura de engajamento social, o programa tem um formato colaborativo e dinâmico, semelhante a uma rede social, tornando o voluntário protagonista das atividades na plataforma, propondo ações e impressões após as atividades. Em 2022, o programa beneficiou 27.186 pessoas e contou com a atuação de 3.757 voluntários, através de 43 atividades, que se dividem entre “Campanhas Sazonais” (surgem durante todo o ano, como arrecadação de doativos, apoio em situações críticas naturais, como enchentes e deslizamentos, entre outras), “Mulheres de Energia” (Voluntárias engenheiras sensibilizando mulheres para o mercado de trabalho em carreiras STEM) e “Natal do Bem” (Campanha de Natal envolvendo doação de colaboradores para que grupos produtivos desenvolvam brinquedos educativos que são distribuídos em instituições de crianças em vulnerabilidade social).

Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”: O Ser é o programa de cultura interna de Sustentabilidade da Enel, que, desde 2015, por meio dos seus quatro pilares - Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano - tem o objetivo de destacar o comprometimento e a atuação socioambiental e de governança – ESG da Enel, com ênfase na proteção dos direitos humanos. A edição de 2022 trouxe conteúdos relacionados a missão da Enel de conduzir até 2040 para uma transição justa ao Net Zero. Foram 6.613 participantes em 35 eventos on-line para todo o Brasil. Os temas, conduzidos por 70 facilitadores internos e externos, foram: circularidade, economia consciente, gestão ambiental, transição energética, financiamento sustentável, diversidade, inclusão social, saúde física e mental e direitos humanos.

A Enel Distribuição Rio conta com um Sistema de Gestão Integrado (SGI) que busca a excelência na qualidade e o constante aprimoramento de seus serviços. A empresa possui as seguintes certificações ISO: a 9001 em qualidade, a 14001 em meio ambiente, a 45001 sobre saúde e segurança ocupacional, a 50001 em gestão de energia e a 37001 em gestão antissuborno.

RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES*

Certificação Top Employer:

A Enel recebeu a certificação como Top Employer 2022 no Brasil. Com base em um benchmark internacional, nossas políticas e práticas de gestão de pessoas foram analisadas, validadas e reconhecidas pela iniciativa, que é promovida pelo Top Employers Institute. Esta é a quarta vez consecutiva em que a nossa empresa ganhou o Selo de Certificação como empregadora de referência.

Valor Inovação Brasil 2022:

A inovação está no nosso DNA! A Enel Brasil entrou no ranking "Valor Inovação Brasil 2022" como uma das três empresas mais inovadoras do setor elétrico do Brasil. Para a nossa empresa, inovar é construir soluções, inspirar pessoas, abrir novos caminhos e possibilidades.

100 Open Startups

Pelo segundo ano consecutivo, somos uma das empresas mais abertas à inovação no Brasil e a organização 100 Open Startups, plataforma internacional de maior impacto na geração de negócios entre grandes empresas e startups, reconheceu a Enel Brasil como uma das empresas que mais fazem *Open Innovation* no país.

Empresa Amiga da Criança

A Enel Brasil recebeu mais uma vez o selo concedido pela Fundação Abrinq, em reconhecimento às diversas iniciativas do Grupo voltadas para o apoio e o desenvolvimento de crianças e jovens, assim como de engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva.

Empresa Pró-Ética

A Enel Brasil é reconhecida como uma Empresa Pró-Ética no país por meio da Controladoria-Geral da União (CGU) do Governo Federal. A iniciativa avalia empresas em relação às práticas de prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio, nos últimos 2 anos. A Enel já foi reconhecida pelo programa nos anos de 2016 e 2017, quando a premiação era anual, em 2018/2019 quando o processo passou a ser bienal, e novamente premiada no biênio 2020/2021. Em 2022, a Enel se inscreveu no Pró-Ética 2022/2023 e, após apuração, o resultado será anunciado pela CGU, em dezembro de 2023.

Certificação WELL:

Com o objetivo de fornecer indicadores e métricas claras que possam aferir a qualidade dos ambientes e, consequentemente, a saúde e o bem-estar dos ocupantes, o International Well Building Institute criou o sistema de certificação WELL. O certificado avalia o desempenho do ambiente de trabalho em várias categorias como ar, alimentação, luz, movimento, conforto térmico, som, materiais e comunidade. Nossa empresa foi a primeira do setor de energia no mundo a receber a certificação Platinum e passa a fazer parte de um seleto grupo de sete organizações brasileiras a conquistar o reconhecimento na América Latina. Além disso, somos a segunda empresa do Brasil e da América Latina a receber o WELL Platinum.

Prêmio Firjan:

A Enel Distribuição Rio foi a vencedora do Prêmio Firjan de Sustentabilidade, na nova categoria "Estratégias para Engajamento e Promoção da Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável", com o programa Enel Compartilha. A premiação destaca as melhores práticas e reconhece o aprimoramento dos processos produtivos, a implantação de projetos socioambientais e as iniciativas de cunho sustentável desenvolvidas pelas empresas do estado do Rio de Janeiro.

9 RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, informamos que os auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), não prestaram durante o exercício de 2022 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. Todos os serviços prestados pelos auditores independentes são submetidos à aprovação do Conselho de Administração.

10 INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Diretoria Executiva	
Diretoria Executiva	Cargo
Anna Paula Hiotte Pacheco	Diretor-Presidente
Julia Freitas de Alcântara Nunes	Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores
Alain Rosolino	Diretor de Pessoas e Organização
José Nunes de Almeida Neto	Diretor de Relações Institucionais
Janaina Savino Vilella Carro	Diretor de Comunicação
Anna Paula Hiotte Pacheco	Diretor de Regulação
Ana Claudia Gonçalves Rebello	Diretor Jurídico
Luiz Flavio Xavier de Sá	Diretor de Mercado
Fernando Andrade	Diretor de Engenharia e Construção

Conselho de Administração	
Conselheiros	Cargo
Guilherme Gomes Lencastre	Presidente do Conselho de Administração
Mario Fernando de Melo Santos	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Nicola Cotugno	Conselheiro de Administração Titular
Marcia Sandra Roque Vieira Silva	Conselheiro de Administração Titular
Marcia Massotti de Carvalho	Conselheiro de Administração Titular
Gino Celentano	Conselheiro de Administração Titular
Eduardo dos Santos Machado	Conselheiro de Administração Titular
Alain Rosolino	Conselheiro de Administração Suplente
José Nunes de Almeida Neto	Conselheiro de Administração Suplente
Michelle Rodrigues Nogueira	Conselheiro de Administração Suplente
Julia Freitas de Alcântara Nunes	Conselheiro de Administração Suplente
Janaina Savino Vilella Carro	Conselheiro de Administração Suplente
Marcus Vinicius dos Santos	Conselheiro de Administração Suplente
Ana Claudia Gonçalves Rebello	Conselheiro de Administração Suplente

Relações com Investidores

Fabio Romanin

Contador Responsável

Alan dos Reis Santos – CRC SP244288 /O-2



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

**Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Ampla Energia e Serviços S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração da Ampla Energia e Serviços S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Ampla Energia e Serviços S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos

Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada

Veja as Notas 6 e 20 das demonstrações contábeis regulatórias.

Principais assuntos de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle dos bens ou serviços ao cliente de acordo com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente.</p> <p>A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base na (i) energia medida e efetivamente faturada e na (ii) energia distribuída e não faturada.</p> <p>A receita para energia distribuída e não faturada é estimada com base na média do montante diário faturado, multiplicada pela quantidade de dias não faturados, considerando o comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia no período não faturado em relação ao período faturado.</p> <p>Devido à relevância dos valores envolvidos, natureza e extensão do esforço de auditoria necessário para tratar o tema, consideramos a receita para energia distribuída e não faturada como assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ol style="list-style-type: none">(1) Avaliamos o ambiente e desenho dos controles internos relacionados ao processo de reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica não faturada;(2) Testamos, em base amostral, as informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita não faturada e recalculamos, também em base amostral, as estimativas de receita para energia distribuída e não faturada com base no (i) consumo de energia (megawatt/hora) e (ii) correspondentes tarifas por classe aprovadas pelo órgão regulador;(3) Testamos os lançamentos contábeis manuais executados para registrar a receita para energia distribuída e não faturada; e(4) Avaliamos se as divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia consideram as informações relevantes relacionadas ao reconhecimento da receita não faturada. <p>Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os montantes reconhecidos como receitas não faturadas e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 23 de fevereiro de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS

Em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	68.143	240.971
Títulos e valores mobiliários	5	128.982	116.718
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	6	1.806.602	1.689.161
Ativo financeiro setorial	9	599.019	691.884
Créditos a receber - subvenção e outros	7	14.013	95.367
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	8	197.467	221.647
Outros tributos compensáveis	8	559.021	588.234
Serviços em curso		60.980	47.816
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	18.141
Outros créditos		248.601	167.816
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		3.682.828	3.877.755
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	6	304.937	56.989
Ativo financeiro setorial	9	108.950	169.734
Depósitos vinculados	17	199.864	261.823
Outros tributos compensáveis	8	2.898.745	2.881.905
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	40.109
Tributos diferidos	22	1.103.585	925.688
Imobilizado	10	8.531.862	8.039.108
Intangível	11	615.405	446.371
Bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica		-	1.141
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		13.763.348	12.822.868
TOTAL DO ATIVO		17.446.176	16.700.623

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS

Em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	12	1.239.449	1.358.499
Empréstimos e financiamentos	14	2.258.138	3.103.069
Obrigações por arrendamentos		16.594	-
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	13	405.093	436.501
Salários, provisões e encargos sociais		57.752	65.536
Passivo financeiro setorial	9	685.657	383.981
Outras obrigações fiscais		125.081	191.988
Dividendos a pagar		77.713	77.771
Encargos setoriais		109.342	82.687
Instrumentos financeiros derivativos	25	120.901	59.340
Provisão para processos judiciais e outros	17	-	486
Outras obrigações		78.749	197.542
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		5.174.469	5.957.400
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	14	2.914.047	2.872.962
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	13	2.834.446	2.814.422
Obrigações por arrendamentos		48.281	-
Passivo financeiro setorial	9	162.393	70.776
Instrumentos financeiros derivativos	25	201.984	13.976
Tributos diferidos	22	259.753	283.438
Outras obrigações fiscais		-	140.571
Encargos setoriais		32.865	43.305
Obrigações com benefícios pós-emprego	15	281.518	348.582
Provisão para processos judiciais e outros riscos	17	758.994	661.898
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	18	445.711	505.100
Outras obrigações		399	4.846
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		7.940.391	7.759.876
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	19	4.138.230	2.498.230
Reservas de capital		23.254	23.254
Reservas de lucros		579.501	668.007
Reservas de reavaliação regulatória		586.317	532.360
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial		(56.797)	(27.230)
Prejuízos acumulados		(939.189)	(711.274)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.331.316	2.983.347
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.446.176	16.700.623

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REGULATÓRIO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	2022	2021
Receita / ingresso			
Fornecimento de energia elétrica		8.720.466	9.107.671
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		1.043.002	861.196
Outras receitas		569.319	530.521
Ativos e passivos financeiros setoriais		(24.582)	797.057
	20	10.308.205	11.296.445
Deduções da receita bruta			
Tributos e encargos			
ICMS		(2.276.747)	(2.538.728)
PIS-PASEP		(129.420)	(165.836)
Cofins		(596.116)	(763.850)
ISS		(4.984)	(4.879)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(29.852)	(34.231)
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(1.142.027)	(804.888)
Programa de eficiência energética - PEE		(29.852)	(34.231)
Taxa de fiscalização		(9.667)	(8.855)
Outros encargos		-	-
		(4.218.665)	(4.355.498)
	20	6.089.540	6.940.947
Receita líquida / ingresso líquido			
	20	6.089.540	6.940.947
Custos não gerenciáveis - parcela "A"			
Energia elétrica comprada para revenda		(2.661.266)	(3.664.274)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição		(1.039.822)	(1.283.106)
		(3.701.088)	(4.947.380)
Resultado antes dos custos gerenciáveis			
		2.388.452	1.993.567
Custos gerenciáveis - parcela "B"			
Pessoal e administradores	21	(163.181)	(162.272)
Serviços de terceiros	23	(690.628)	(572.894)
Material	23	(19.966)	(22.848)
Arrendamentos e aluguéis	23	(16.507)	(13.213)
Seguros	23	(6.370)	(7.192)
Doações, contribuições e subvenções	23	(2.064)	(1.503)
Provisão créditos de liquidação duvidosa	23	(197.453)	(576.370)
Provisão para processos judiciais e outros	23	(114.270)	(90.249)
Tributos	23	(4.364)	(3.253)
Depreciação e amortização	23	(467.803)	(523.936)
Outros despesas operacionais	23	(301.536)	(235.012)
		(1.984.142)	(2.208.742)
Resultado financeiro			
	24	(798.308)	(374.719)
Receitas financeiras		643.215	1.011.133
Despesas financeiras		(1.441.523)	(1.385.852)
		(393.998)	(589.894)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro			
Imposto de renda	22	78.504	162.880
Contribuição social	22	27.850	58.628
		(287.644)	(368.386)
Prejuízo do exercício			
Atribuível a:			
Acionistas controladores		(287.070)	(367.407)
Acionistas não controladores		(574)	(979)
Lucro por ação originado das operações (em reais por milhares de ações)		(1,19747)	2,21074
Básico - lucro de operações			
Atribuíveis a acionistas controladores		(1,19508)	2,20487
Detentores de ações ordinárias		(0,00239)	0,00588
Diluído - lucro de operações			
Atribuíveis a acionistas controladores		(1,19508)	2,20487
Detentores de ações ordinárias		(0,00239)	0,00588

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES REGULATÓRIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2022	2021
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(287.644)	(368.386)
Outros resultados abrangentes		
Realização da reserva de reavaliação	81.753	(118.917)
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação	(27.796)	40.432
Realização e constituição da reserva de reavaliação líquidos dos tributos	<u>53.957</u>	<u>(78.485)</u>
Ganho/perda atuarial em benefícios pós-emprego	5.837	131.478
Tributos diferidos sobre ganho/perda atuarial em benefícios pós-emprego	(1.985)	(44.703)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para resultado em exercícios subsequentes, líquidos dos tributos	<u>3.852</u>	<u>86.775</u>
Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	(44.799)	(43.396)
Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	15.232	14.755
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado em exercícios subsequentes, líquidos dos tributos	<u>(29.567)</u>	<u>(28.641)</u>
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	<u>(259.402)</u>	<u>(388.737)</u>
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	(258.884)	(387.704)
Acionistas não controladores	(518)	(1.033)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes		Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Reserva de ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Legal	Reforço de capital de giro	Reserva de reavaliação regulatória	Outros resultados abrangentes		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.498.230	2.308	20.946	138.350	379.288	610.845	1.411	(337.971)	3.313.407
Ganho atuarial em benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	131.478	-	131.478
Tributos diferidos sobre benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	(44.703)	-	(44.703)
Transferência para lucros (prejuízos) acumulados	-	-	-	-	-	-	(86.775)	86.775	-
Perda de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	(43.396)	-	(43.396)
Tributos diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	14.755	-	14.755
Realização da reserva de reavaliação 2021	-	-	-	-	-	(118.917)	-	118.917	-
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação 2021	-	-	-	-	-	40.432	-	(40.432)	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(368.386)	(368.386)
Reserva Legal	-	-	-	4.170	-	-	-	(4.170)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(19.808)	(19.808)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	146.199	-	-	(146.199)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.498.230	2.308	20.946	142.520	525.487	532.360	(27.230)	(711.274)	2.983.347
Aumento de Capital	1.640.000	-	-	-	-	-	-	-	1.640.000
Ganho atuarial em benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	5.837	-	5.837
Tributos diferidos sobre benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	(1.985)	-	(1.985)
Transferência para lucros (prejuízos) acumulados	-	-	-	-	3.852	-	(3.852)	-	-
Perda de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	(44.799)	-	(44.799)
Tributos diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	15.232	-	15.232
Realização da reserva de reavaliação 2022	-	-	-	-	-	81.753	-	(44.217)	37.536
Tributos diferidos sobre a realização da reserva de reavaliação 2022	-	-	-	-	-	(27.796)	-	15.034	(12.762)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(287.644)	(287.644)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	29	-	-	-	29
Adoção inicial IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	(5.265)	(5.265)
Tributos diferidos sobre a adoção inicial IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	1.790	1.790
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	(92.387)	-	-	92.387	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.138.230	2.308	20.946	142.520	436.981	586.317	(56.797)	(939.189)	4.331.316

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REGULATÓRIOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2022	2021
Atividades operacionais:		
Prejuízo do exercício	(287.644)	(368.386)
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	197.453	576.370
Depreciação e amortização	503.356	570.534
Juros e variações monetárias	194.162	444.231
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	733.613	(54.622)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(82.908)	(31.883)
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-
Valor residual de intangível e imobilizado	154.770	88.448
Tributos e contribuições social diferidos	(199.306)	(221.021)
Provisões para processos judiciais e outros riscos	139.893	103.863
Obrigações com benefício pós-emprego	27.478	39.912
Redução (aumento) dos ativos:		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(635.426)	(726.289)
Créditos a receber - subvenção e outros	81.367	(72.586)
Ativo financeiro setorial	336.120	(374.978)
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	134.851	(352.063)
Outros tributos compensáveis	(97.812)	(3.184.175)
Depósitos vinculados	61.959	(4.350)
Serviços em curso	(13.164)	(6.560)
Outros créditos	(18.255)	(39.577)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(119.050)	282.137
Salários, provisões e encargos sociais	(272)	(4.684)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	169.742	(487)
Outras obrigações fiscais	(207.478)	110.285
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(11.384)	3.250.923
Passivo financeiro setorial	533.374	(260.272)
Encargos setoriais	16.215	33.248
Outras obrigações	(147.111)	84.321
	1.464.543	(117.661)
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(88.705)	(150.099)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(170.229)	(150.014)
Pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do juros capitalizados	(203.174)	(164.623)
Recebimentos (pagamentos) de juros de instrumento financeiro derivativo	(348.393)	(15.103)
Pagamentos de processos judiciais e outros riscos	(179.260)	(136.114)
Pagamentos de juros de arrendamento	(7.555)	(2.671)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	467.227	(736.285)
Atividades de investimentos:		
Adições para ativos contratuais e imobilizado	(1.479.429)	(1.132.486)
Títulos e valores mobiliários	(12.264)	12.837
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(1.491.693)	(1.119.649)
Atividades de financiamentos:		
Aumento de capital	1.640.000	-
Captação de empréstimos e financiamentos	1.342.834	3.744.100
Pagamentos de debêntures (principal)	-	(1.000.000)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(1.994.491)	(1.574.154)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(14.476)	(14.513)
Pagamento de dividendos	(29)	(24)
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	(122.200)	374.810
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	851.638	1.530.219
Variação no caixa líquido da Companhia	(172.828)	(325.715)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	240.971	566.686
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	68.143	240.971

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

1. Informações gerais

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”, “Ampla” ou “Enel Distribuição Rio”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria “A”, com sede no município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália), é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Sala 601, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – Brasil. Tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, com vencimento em dezembro de 2026. Em 14 de março de 2017, a Companhia assinou o 6º aditivo ao contrato de concessão que incluiu novas cláusulas econômicas e de gestão, obrigações de melhoria da qualidade e de sustentabilidade econômico-financeira bem como alterou o nível regulatório de perdas não técnicas.

1.1 Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia (COVID-19), a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos tivessem sido honrados até dezembro de 2021 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à Covid-19 por autoridades competentes locais. Tais medidas vigoraram até 30 de setembro de 2021.

Por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concede um bônus em fatura, no valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para cada 1kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020. A bonificação foi concedida nas faturas a partir de janeiro de 2022 e os créditos concedidos em fatura, estão sendo recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos custos do serviço do sistema, sem prejuízo financeiro para a Companhia. Para atendimento à resolução e ao ofício circular nº 4/2021 da ANEEL, a Companhia apurou o montante de R\$ 86.929, concedido desde 2 de janeiro de 2022, de acordo com os lotes de faturamento. Sendo que do total concedido de desconto, a Companhia possui saldo a recuperar, de R\$ 5.609 – vide nota explicativa nº 7.

Em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da bandeira escassez hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes baixa renda que continuariam a terem os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos. A bandeira escassez hídrica teve vigência de 1 de setembro de 2021 a 15 de abril de 2022, pela qual a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

1.2 Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 5.982, o qual foi registrado como passivo financeiro setorial e está sendo repassado aos consumidores no próximo ciclo tarifário, a partir do ciclo 2022 março de 2022 - vide nota explicativa nº 8.

Na mesma Resolução, a ANEEL aprovou as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia. Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia. Os pedidos de reequilíbrio deveriam ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irrecuperáveis, ocorrida conforme o Despacho nº 663/2022. Em 10 de março de 2022, a Companhia protocolou pedido de reequilíbrio econômico à ANEEL, em função de situação extraordinária decorrente de lei estadual que impediu os cortes de energia em 2020 e 2021 e provocou aumento no nível de inadimplência.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da “Conta Escassez Hídrica”, sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia.

Já a Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, estabelece os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nesta resolução também foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária, estes foram atualizados pelas Resoluções Normativas nº 1.010, de 29 de março de 2022 e nº 1.019, de 19 de abril de 2022. Os recursos da conta escassez hídrica foram recebidos em parcela única em 9 de maio de 2022 no montante de R\$ 189.908, e foram contabilizados contra os saldos de passivos setoriais - vide nota explicativa nº 8. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

1.1. Base de apresentação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa nº 35 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para melhor entendimento do leitor.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração autorizou a emissão destas demonstrações contábeis regulatórias em 19 de abril de 2023.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.1.4 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado do Rio de Janeiro) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (distribuição de energia elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para a política contábil atualmente utilizada pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 / IAS 16 – Imobilizado	Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 / IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 15 / IFRS 3 – Combinação de negócios	Referências à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022

Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE

A ANEEL, por meio do Despacho SFF/ANEEL nº 2.904, de 17 de setembro de 2021, decidiu: (i) revisar o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, na dimensão procedimental; (ii) revogar a versão 2015 do MCSE, aprovada pela Resolução Normativa nº 605, de 2014, substituída pela Resolução Normativa nº 933/2021; e (iii) aprovar a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. Dessa forma, seus efeitos estão refletidos na DCR do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O principal impacto foi em relação a adoção para a contabilidade regulatória do pronunciamento técnico CPC 06 (R2).

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) / IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As práticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para processos judiciais e outros riscos, benefícios pós-emprego, receita de distribuição não faturada e instrumentos financeiros.

Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis regulatórias foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis regulatórias.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

3. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

3.1 Revisão e reajuste tarifário

A ANEEL, em reunião pública de sua diretoria realizada em 15 de março de 2022, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2022 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 15 de março de 2022. A ANEEL aprovou um reajuste de +11,98% composto por (i) reajuste econômico de +11,02%, sendo +7,56% de Parcela A, +3,46% de Parcela B e (ii) componente financeiro de +0,96%. Considerando o componente financeiro considerado no último processo tarifário de +4,89%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +16,86%.

O reajuste tarifário médio de +16,86% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo +15,38% e +17,39% para alta e baixa tensão, respectivamente.

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante positivo de R\$ 62.190, dentre os quais destacam-se: R\$ 843.007 positivos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"); neutralidade de encargos setoriais positivo de R\$ 48.903; previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 172.031; parcialmente compensados por componentes negativos da sobrecontratação de R\$ 135.264; escassez hídrica de R\$ 348.059; e PIS/COFINS de 232.000.

3.2 Revisão Tarifária Extraordinária – RTE

A ANEEL, em reunião pública de sua diretoria realizada em 12 de julho de 2022, deliberou sobre a revisão tarifária extraordinária de 2022 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 13 de julho de 2022. A ANEEL aprovou um reajuste de +7,25% composto por (i) reajuste econômico de +10,89%, sendo +7,43% de Parcela A, +3,46% de Parcela B e (ii) componente financeiro de -3,64%. Considerando o componente financeiro considerado no último processo tarifário de -11,47%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de -4,22%.

No entanto, em 4 de agosto de 2022 a Diretoria Geral da ANEEL publicou Despacho nº 2.104, suspendendo a RTE da Companhia, devido à decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1044601-25.2022.4.01.3400, em trâmite perante a 13ª Vara Federal do Distrito Federal.

A Companhia impugnou pedido de liminar suspendendo à revisão extraordinária, pois até então à ANEEL ainda não julgou o pedido de revisão extraordinária devido aos efeitos ocorridos durante à pandemia da COVID-19. Com isso, o reajuste tarifário médio percebido pelos consumidores é de 16,86% conforme deliberado em 15 de março de 2022 (nota explicativa nº 3.1).

3.3 Bandeira tarifária

O exercício de 2022 foi marcado pela recuperação dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores de baixa renda. Foi mantida a bandeira escassez hídrica de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) para os demais consumidores, até o dia 15 de abril de 2022. Desde 16 de abril de 2022, a bandeira tarifária vigente é a verde.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



4. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e contas correntes bancárias	14.729	5.771
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	21.474	32.080
Operações compromissadas	27.135	195.695
	48.609	227.775
Fundos não exclusivos		
Fundos de investimentos abertos	4.805	7.425
Total de fundos de investimento não exclusivos	4.805	7.425
Total	68.143	240.971

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2022, os certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados em média a 100,73% e 80,12% do CDI, respectivamente (100,54% e 82,34% do CDI, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (mais detalhes na nota explicativa nº 27.2 b.1.1).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

5. Títulos e valores mobiliários

Os títulos são classificados como valor justo por meio do resultado, referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento e Títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022	31.12.2021
Fundos de investimentos não exclusivos	113.422	96.551
Fundos de investimentos exclusivos (a)	15.560	20.167
Títulos públicos	10.497	11.424
LF - Letra Financeira	5.063	8.743
Total	128.982	116.718

- (a) Fundo exclusivo das empresas do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das cotistas e apresenta 50,94% de representatividade sobre o total do mesmo em 31 de dezembro de 2022 (22,88% em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações em fundos de investimentos tiveram uma remuneração média de 96,51% do CDI (101,79% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de Investimento não exclusivo, administrados por Asset de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

6. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

A Companhia classifica os saldos de contas a receber de clientes e outros recebíveis como instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. Os recebíveis da Companhia são faturados nos termos das Resoluções Normativas nº 414/2010 e 506/2012 da ANEEL, exceto a venda de energia elétrica no mercado de curto prazo que segue a Resolução Normativa nº 109/2004 (Convenção de Comercialização de Energia Elétrica). Esses recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, atualizações financeiras, quando aplicáveis, e podem ser reduzidos por ajuste de redução ao valor recuperável.

Uso de estimativas:

Receita não faturada: O cálculo da receita não faturada, para clientes cativos, referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente pelo sistema de faturamento, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o montante médio diário (montante total faturado / nº de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%). Para os clientes livres, o cálculo considera a média de consumo e tarifa dos últimos três meses - vide nota explicativa nº 21.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 Em 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	Total líquido	Total líquido
		Até 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	31/12/2022		31/12/2022	31/12/2021
<u>Circulante</u>										
Classe de consumidores:										
Residencial	188.660	222.608	43.467	99.321	254.324	100.820	909.200	(413.926)	495.274	570.158
Industrial	17.603	5.375	627	1.705	3.756	36.956	66.022	(33.242)	32.780	47.420
Comercial	71.433	34.537	7.089	19.780	41.284	61.986	236.109	(60.390)	175.719	165.426
Rural	5.038	7.910	864	2.093	4.425	3.423	23.753	(40.229)	(16.476)	(16.042)
Poder público	38.784	11.145	3.391	8.208	14.285	43.821	119.634	(15.113)	104.521	77.497
Iluminação pública	31.573	16.056	8.249	21.763	41.655	125.050	244.346	(42.057)	202.289	115.168
Serviço público	21.084	3.516	430	816	2.220	655	28.721	(2.166)	26.555	31.713
Fornecimento faturado	374.175	301.147	64.117	153.686	361.949	372.711	1.627.785	(607.123)	1.020.662	991.340
Receita não faturada	558.777	-	-	-	-	-	558.777	-	558.777	465.962
Parcelamento de débitos	172.416	-	-	-	-	-	172.416	-	172.416	154.868
Venda de Energia Excedente - MVE	6.254	-	-	-	-	-	6.254	-	6.254	3.671
Agente de Cobrança da Iluminação Pública	8.401	545	553	1.981	4.005	5.732	21.217	(30.594)	(9.377)	3.429
Compartilhamento de uso mútuo	2.708	6.810	3.614	5.911	7.979	40.669	67.691	(9.821)	57.870	69.891
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	4.136	4.136	(4.136)	-	-
Contas a receber	748.556	7.355	4.167	7.892	11.984	50.537	830.491	(44.551)	785.940	697.821
Total do circulante	1.122.731	308.502	68.284	161.578	373.933	423.248	2.458.276	(651.674)	1.806.602	1.689.161
<u>Não circulante</u>										
Parcelamento de débitos	304.937	-	-	-	-	-	304.937	-	304.937	56.989
Total não circulante	304.937	-	-	-	-	-	304.937	-	304.937	56.989

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 Em 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	A vencer		Vencidos				Total	PECLD	Total líquido
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias	31/12/2021		31/12/2021
<u>Circulante</u>									
Classe de consumidores:									
Residencial	226.837	265.052	52.432	140.661	312.342	848.784	1.846.108	(1.275.950)	570.158
Industrial	27.275	9.419	4.229	3.488	4.159	57.503	106.073	(58.653)	47.420
Comercial	85.254	49.689	9.208	25.930	45.455	161.928	377.464	(212.038)	165.426
Rural	7.223	9.218	1.082	2.597	4.331	12.552	37.003	(53.045)	(16.042)
Poder público	42.138	16.573	1.674	7.750	12.498	95.747	176.380	(98.883)	77.497
Iluminação pública	50.513	22.743	5.537	16.461	20.631	96.940	212.825	(97.657)	115.168
Serviço público	28.328	1.403	298	1.122	956	3.782	35.889	(4.176)	31.713
Fornecimento faturado	467.568	374.097	74.460	198.009	400.372	1.277.236	2.791.742	(1.800.402)	991.340
Receita não faturada	465.962	-	-	-	-	-	465.962	-	465.962
Parcelamento de débitos	154.868	-	-	-	-	-	154.868	-	154.868
Venda de Energia Excedente - MVE	3.671	-	-	-	-	-	3.671	-	3.671
Agente de Cobrança da Iluminação Pública	2.487	1.012	-	851	1.458	2.281	8.089	(4.660)	3.429
Compartilhamento de uso mútuo	14.122	12.748	2.366	11.469	9.396	35.374	85.475	(15.584)	69.891
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	4.136	4.136	(4.136)	-
Contas a receber	641.110	13.760	2.366	12.320	10.854	41.791	722.201	(24.380)	697.821
Total do circulante	1.108.678	387.857	76.826	210.329	411.226	1.319.027	3.513.943	(1.824.782)	1.689.161
<u>Não circulante</u>									
Parcelamento de débitos	56.989	-	-	-	-	-	56.989	-	56.989
Total não circulante	56.989	-	-	-	-	-	56.989	-	56.989

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos, sendo os saldos demonstrados no ativo circulante, de acordo com a classificação do título que as originou. O critério utilizado pela Companhia para constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa está baseado em normas da ANEEL e é considerado pela Administração como adequado para estimar as perdas com créditos decorrentes de fornecimento de energia.

Os critérios utilizados atualmente pela Companhia para constituição das perdas estimadas são aqueles estabelecidos pela ANEEL sendo: (i) consumidores da classe residencial com faturas vencidas há mais de 90 dias; (ii) consumidores da classe comercial com faturas vencidas há mais de 180 dias; (iii) consumidores das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros com faturas vencidas há mais de 360 dias. Contudo, existem casos de consumidores com débitos relevantes para os quais a Companhia efetua análise individual. A análise individual, desde que devidamente embasada, deverá sobrepor a regra geral detalhada anteriormente, para fins de eventuais registros de perda estimadas com crédito de liquidação duvidosa. Créditos de consumidores registrados nas contas a receber (revisão de fatura) não são sujeitos à estimativa de perda.

A Companhia com o objetivo de melhor refletir a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”) avalia constantemente o ambiente econômico das regiões onde atua e revisa as estratégias de cobrança de débitos vencidos, conforme este momento.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
PECLD sobre contas a receber	(1.824.782)	(99.849)	1.272.957	(651.674)
PECLD sobre outros créditos	(22.640)	(17.789)	21.482	(18.947)
	(1.847.422)	(117.638)	1.294.439	(670.621)

	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
PECLD sobre contas a receber	(1.390.593)	(555.579)	121.390	(1.824.782)
PECLD sobre outros créditos	(20.469)	(2.171)	-	(22.640)
	(1.411.062)	(557.750)	121.390	(1.847.422)

7. Créditos a receber – subvenção e outros

Representa o valor a ser repassado para a Companhia, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As subvenções que visam compensar a Companhia nos subsídios incidentes nas tarifas de energia de classes específicas de consumidores, incluindo subsídios de baixa renda, são reconhecidas no resultado como “outras receitas” denominadas como Subvenção CDE em uma base sistemática durante os períodos em que o faturamento ocorre, quando se torna recebível, vide

	quadro		abaixo:	
	31.12.2022		31.12.2021	
Baixa renda - subsidio CDE	7.345		2.654	
Subsidio CDE mensal - ciclo corrente	(22.117)		-	
Previsão ajuste CDE ciclo corrente	21.170		2.202	
CDE a receber - diferença ciclo anterior	2.006		3.582	
Bônus - Redução Voluntária de consumo (a)	5.609		86.929	
	14.013		95.367	

- (a) Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica. O ressarcimento à Companhia, ocorreu de forma parcial, nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, por meio de crédito nas liquidações financeiras da CCEE no montante total de R\$ 81.326, restando um saldo de R\$ 5.609 a ser ressarcido.

8. Impostos de renda e contribuição social e outros tributos compensáveis

Em 31 de dezembro de 2022, os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar e compensar estão sendo apresentados de forma líquida entre ativo e passivo (em 31 de dezembro de 2021 não houve compensação pois não havia saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar), portanto não há saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar, já que o saldo líquido é a compensar, conforme quadro a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis		
Imposto de renda	238.350	112.379
Contribuição social	48.229	40.788
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.840	68.480
	290.419	221.647
Imposto de renda e contribuição sociais a pagar		
Imposto de renda	68.051	-
Contribuição social	24.901	-
	92.952	-
Total de imposto de renda e contribuição social, líquidos	197.467	221.647

	31.12.2022		31.12.2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros tributos compensáveis				
ICMS (a)	120.774	139.557	138.221	106.936
PIS e COFINS	31.264	-	11.623	-
PIS e COFINS (ICMS) (a)	405.093	2.759.188	436.501	2.774.969
Outros tributos	1.890	-	1.889	-
Total	559.021	2.898.745	588.234	2.881.905

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- (a) Em 31 de dezembro de 2022, o total de crédito de ICMS, está composto por R\$ 153.612 referente à Lei Complementar nº 102/00, que prevê o crédito do ICMS sobre aquisição de bens para o ativo fixo e compensação em 48 meses, R\$ 42.755 de Incentivo cultural, R\$ 23.085 do FEEF (Fundo estadual de equilíbrio fiscal) dos anos de 2016 a 2018, R\$ 1.230 refere-se a créditos de compra de energia, R\$ 14.918 ao pedido de restituição de ICMS dos clientes CEDAE e R\$ 24.730 refere-se a pedido restituição do ICMS sobre consumo próprio.

9. Ativos e passivos financeiros setoriais

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. Os ativos e passivos regulatórios serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Companhia, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Os registros dos valores a receber e a pagar são efetuados em contas de ativo e passivo, respectivamente, em contrapartida ao resultado do exercício na rubrica de receita operacional líquida - ativo e passivo financeiro setorial.

O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de “Parcela A” ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Essas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

A Companhia classifica os saldos de ativo e passivo financeiro setorial como instrumentos financeiros “custo amortizado”, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ANEEL já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ANEEL no próximo evento tarifário.

Redução ao valor recuperável: os saldos relacionados ao ativo financeiro setorial estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos financeiros.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento, com base no histórico de inadimplência e a potencial perda associada, considerando que tais ativos serão realizados por meio do incremento da tarifa do próximo ciclo tarifário e ainda pela garantia de indenização do saldo, conforme mencionado anteriormente. Dessa forma, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação das contas de ativos regulatórios, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos regulatórios	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Escassez Hídrica/CDE Eletrobrás	Recebimento Bandeiras Tarifárias	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	778.661	93.990	(704.303)	-	(113.190)	54.933	171.629	281.720	165.912	115.808	257.924	23.796
Aquisição de Energia - (CVA energia)	366.333	(155.602)	(321.913)	-	(113.190)	4.617	310.535	90.780	74.155	16.625	87.364	3.416
Proinfa	1.105	10.737	(9.093)	-	-	853	(1.105)	2.497	2.497	-	2.497	-
Transporte Rede Básica	26.739	44.907	(22.532)	-	-	496	888	50.498	5.251	45.247	41.201	9.297
Transporte de Energia - Itaipu	1.261	7.547	(1.592)	-	-	233	525	7.974	343	7.631	6.406	1.568
ESS	363.684	90.325	(292.460)	-	-	40.533	(132.895)	69.187	69.187	-	69.187	-
CDE	19.539	96.076	(56.713)	-	-	8.201	(6.319)	60.784	14.479	46.305	51.269	9.515
Demais ativos regulatórios	82.957	620.118	(56.416)	(189.908)	-	13.708	(44.210)	426.249	9.664	416.585	341.095	85.154
Neutralidade da Parcela A	65.567	-	(50.417)	-	-	-	46.475	61.625	9.664	51.961	50.637	10.988
Sobrecontratação de Energia	-	-	12.789	-	-	-	129.186	141.975	-	141.975	112.802	29.173
Financeiro bandeira escassez hídrica	-	290.050	-	-	-	-	-	290.050	-	290.050	290.050	-
Outros	17.390	330.068	(18.788)	(189.908)	-	13.708	(219.871)	(67.401)	-	(67.401)	(112.394)	44.993
Total ativos regulatórios	861.618	714.108	(760.719)	(189.908)	(113.190)	68.641	127.419	707.969	175.576	532.393	599.019	108.950

Ativos regulatórios	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Recebimento Bandeiras Tarifárias	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	212.385	1.268.230	(188.665)	(432.033)	26.636	(107.892)	778.661	14.379	764.282	623.711	154.950
Aquisição de Energia - (CVA energia)	149.537	891.301	(171.139)	(415.848)	18.940	(106.458)	366.333	-	366.333	292.063	74.270
Proinfa	2.980	2.698	-	-	19	(4.592)	1.105	1.105	-	1.105	-
Transporte Rede Básica	9.713	15.863	(13.441)	-	1.735	12.869	26.739	-	26.739	21.318	5.421
Transporte de Energia - Itaipu	1.574	1.558	(4.085)	-	385	1.829	1.261	-	1.261	1.005	256
ESS	23.080	352.518	-	(16.185)	4.673	(402)	363.684	6.955	356.729	291.361	72.323
CDE	25.501	4.292	-	-	884	(11.138)	19.539	6.319	13.220	16.859	2.680
Demais ativos regulatórios	113.161	142.396	(43.436)	-	(2.668)	(126.496)	82.957	9.664	73.293	68.173	14.784
Neutralidade da Parcela A	64.188	121.210	(48.322)	-	(283)	(71.226)	65.567	9.664	55.903	54.233	11.334
Sobrecontratação de Energia	692	43.854	57.552	-	(2.962)	(99.136)	-	-	-	-	-
Outros	48.281	(22.668)	(52.666)	-	577	43.866	17.390	-	17.390	13.940	3.450
Total ativos regulatórios	325.546	1.410.626	(232.101)	(432.033)	23.968	(234.388)	861.618	24.043	837.575	691.884	169.734

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação das contas de passivos regulatórios, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos regulatórios	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Escassez Hídrica/CDE Eletrobrás	Recebimento Bandeiras Tarifárias	Remuneração	Reclassificações	Saldo em 31/12/2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	28.038	(105.106)	(36.862)	-	321.350	22.577	216.082	446.079	-	446.079	354.417	91.662
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	24.850	-	(46.579)	-	-	-	354.988	333.259	-	333.259	264.780	68.479
Proinfa	-	-	1.113	-	-	(6)	(1.105)	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	2.790	-	(3.678)	-	-	-	888	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	398	-	(923)	-	-	-	525	-	-	-	-	-
ESS	-	(105.106)	6.899	-	321.350	22.572	(132.895)	112.820	-	112.820	89.637	23.183
CDE	-	-	6.306	-	-	13	(6.319)	-	-	-	-	-
Demais passivos regulatórios	426.719	99.381	(356.430)	146.980	(53.072)	7.184	131.209	401.971	53.155	348.816	331.240	70.731
Neutralidade da Parcela A	-	(44.460)	-	-	-	(2.016)	46.476	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	128.727	(140.909)	(112.721)	-	17.774	486	129.186	22.543	22.543	-	22.543	-
Devoluções tarifárias	29.125	23.551	(25.819)	-	-	3.350	-	30.207	4.179	26.028	24.859	5.348
Bandeiras tarifárias não homologadas	-	75.428	-	-	(70.846)	-	-	4.582	-	4.582	4.582	-
Parcela B	98.325	-	(98.325)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Risco hidrológico	-	169.721	(89.039)	-	-	9.356	-	90.038	27.227	62.811	59.087	30.951
Outros	170.542	16.050	(30.526)	146.980	-	(3.992)	(44.453)	254.601	(794)	255.395	220.169	34.432
Total passivos regulatórios	454.757	(5.725)	(393.292)	146.980	268.278	29.761	347.291	848.050	53.155	794.895	685.657	162.393

Passivos regulatórios	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Recebimento Bandeiras Tarifárias	Remuneração	Reclassificações	Saldo em 31/12/2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	304.103	(77.777)	(136.602)	94.311	7.455	(163.452)	28.038	28.037	1	28.038	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	266.059	(6.676)	(116.448)	-	2.136	(120.221)	24.850	24.849	1	24.850	-
Proinfa	798	-	2.799	-	(40)	(3.557)	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	(10.219)	(9.196)	-	(17)	22.222	2.790	2.790	-	2.790	-
Transporte de Energia - Itaipu	1.342	-	(2.307)	-	59	1.304	398	398	-	398	-
ESS	21.689	(39.344)	(11.215)	94.311	3.667	(69.108)	-	-	-	-	-
CDE	14.215	(21.538)	(235)	-	1.650	5.908	-	-	-	-	-
Demais passivos regulatórios	410.926	389.299	(409.619)	3.357	30.830	1.926	426.719	77.249	349.470	355.943	70.776
Neutralidade da Parcela A	2.790	59.994	(2.790)	-	(1.754)	(58.240)	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	32.685	118.447	(19.036)	3.357	2.563	(9.289)	128.727	12.789	115.938	105.222	23.505
Devoluções Tarifárias	29.358	27.197	(29.403)	-	1.973	-	29.125	4.927	24.198	24.219	4.906
Outros	218.185	166.066	(205.251)	-	5.019	(13.477)	170.542	35.624	134.918	143.189	27.353
Parcela B	127.908	17.595	(153.139)	-	23.029	82.932	98.325	23.909	74.416	83.313	15.012
Total passivos regulatórios	715.029	311.522	(546.221)	97.668	38.285	(161.526)	454.757	105.286	349.471	383.981	70.776

Aquisição de energia - (CVA Energia): a variação do diferimento dos custos de aquisição de energia deve-se principalmente pela redução do risco hidrológico, menor geração das usinas termelétricas, redução do PLD médio no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para 55,70 e redução da taxa média de câmbio de energia Itaipu, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 5,27;

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



ESS (Encargo de Serviço do Sistema): o diferimento ativo de encargos dos serviços de sistema é devido ao menor despacho da geração fora da ordem de mérito, reflexo da menor geração das usinas termoeletricas;

Financeiro de bandeira escassez hídrica: Conforme definido na Resolução nº 3/2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), a Bandeira Escassez Hídrica deverá cobrir os custos não cobertos pela sistemática das bandeiras necessários para equilibrar receitas e despesas ao final do ciclo vigente das Bandeiras Tarifárias. Assim, no processo tarifário vigente, ocorrido em março de 2022, foi considerado um financeiro negativo de R\$ 348.059, conforme saldo da distribuidora frente à Conta Bandeiras na competência de julho de 2021, para retirar o efeito dos custos ainda não cobertos pelas Bandeiras que serão recuperados durante o ciclo da Bandeira Escassez, a qual esteve vigente até 15 de abril de 2022. O referido financeiro negativo, dividido em componentes de energia e ESS, será contemplado no processo tarifário subsequente, devidamente atualizado pela taxa Selic. Para mais detalhes do reajuste tarifário vigente, vide nota explicativa nº 3;

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi constituída uma adição de R\$ 290.050 referente ao recebimento de escassez hídrica e financeiro da bandeira proporcional ao período de abril a dezembro de 2022.

Outros:

- Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2, foi contratada operação financeira com o objetivo de custear medidas de combate à escassez hídrica vivenciada no 2º semestre de 2021. Tal operação foi aprovada a partir da Resolução Normativa nº 1.008/2022, de 15 de março de 2022. O Despacho nº 1.177/2022, de 3 de maio de 2022, indicou a data de 9 de maio para fixar os valores dos recursos da Conta Escassez Hídrica a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica referentes aos montantes de recursos solicitados nos Termos de Aceitação às disposições do Decreto nº 10.939/2022. Dessa forma, a Companhia recebeu da referida conta, o montante de R\$189.907. Para mais detalhes do reajuste tarifário vigente, vide nota explicativa nº 3;
- Recebimento de recursos da conta de desenvolvimento energético CDE referente aos valores apurados pela Eletrobrás R\$ 146.980 de acordo com despacho 1.959/2022 de 21 de julho de 2022;
- O valor informado na coluna transferências, no montante total de R\$ 219.872 é referente ao PIS/COFINS sobre ICMS, e que foi reclassificado como amortização para rubrica "PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores" representando o total devolvido aos consumidores no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Para mais informações, vide nota explicativa nº 17.

10. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, A Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



a) Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação mensurada pela metodologia do Valor Novo de Reposição – VNR. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, calculada pelo método linear, baseada na vida útil definida pelo órgão regulador. As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

b) Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros, bem como parte dos custos da administração central. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de revisão e preços, gerando benefícios econômicos futuros para a Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 Em 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação (D)	Reclassificação (E)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A)+(B)+(E)+(D)+(E)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	13.555.687	-	(170.038)	1.176.384	(66.976)	(12.218)	14.482.839	927.152	(7.099.858)	7.382.981	6.798.105	(807.719)	420.995	(386.724)
Terrenos	48.725	-	-	15.473	(1.886)	-	62.312	13.587	-	62.312	48.725	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	220.917	-	-	22.276	(85.350)	-	157.843	(63.074)	(75.002)	82.841	81.801	-	-	-
Máquinas e equipamentos	13.264.559	-	(170.037)	1.137.887	20.294	(12.218)	14.240.485	975.926	(7.012.213)	7.228.272	6.657.324	(807.719)	420.995	(386.724)
Veículos	2.915	-	-	748	(438)	-	3.225	310	(2.512)	713	(59)	-	-	-
Móveis e utensílios	18.571	-	(1)	-	404	-	18.974	403	(10.131)	8.843	10.314	-	-	-
Administração	208.676	-	(252)	41.272	60.454	-	310.150	101.474	(193.269)	116.881	37.011	-	-	-
Terrenos	1.631	-	-	-	1.240	-	2.871	1.240	-	2.871	1.631	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	18.889	-	-	14.406	54.834	-	88.129	69.240	(62.720)	25.409	8.255	-	-	-
Máquinas e equipamentos	119.363	-	(252)	22.663	4.810	-	146.584,000	27.221	(68.010)	78.574	18.508	-	-	-
Veículos	3.402	-	-	463	(478)	-	3.387	(15)	(2.890)	497	1.230	-	-	-
Móveis e utensílios	65.391	-	-	3.740	48	-	69.179	3.788	(59.649)	9.530	7.387	-	-	-
Ativo de direito de uso	36.255	38.174	-	-	-	-	74.429	38.174	(19.365)	55.064	-	-	-	-
Terrenos	474	20	-	-	-	-	494	20	(120)	374	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	23.877	38.154	-	-	-	-	62.031	38.154	(11.077)	50.954	-	-	-	-
Veículos	11.904	-	-	-	-	-	11.904	-	(8.168)	3.736	-	-	-	-
Subtotal	13.800.618	38.174	(170.290)	1.217.656	(6.522)	(12.218)	14.867.418	1.066.800	(7.312.492)	7.554.926	6.835.116	(807.719)	420.995	(386.724)

Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação (D)	Reclassificação (E)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A)+(B)+(E)+(D)+(E)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	1.127.373	1.002.176	-	(1.176.532)	-	(576)	952.441	(174.932)	-	952.441	1.127.373	(58.986)	-	(58.986)
Máquinas e equipamentos	832.077	958.679	-	(1.125.078)	-	(22.931)	642.747	(189.330)	-	642.747	832.077	(58.986)	-	(58.986)
Outros	295.296	43.497	-	(51.454)	-	22.355	309.694	14.398	-	309.694	295.296	-	-	-
Administração	76.619	(11.000)	-	(41.124)	-	-	24.495	(52.124)	-	24.495	76.619	-	-	-
Máquinas e equipamentos	13.982	16.298	-	(22.516)	-	-	7.764	(6.218)	-	7.764	13.982	-	-	-
Outros	62.637	(27.298)	-	(18.608)	-	-	16.731	(45.906)	-	16.731	62.637	-	-	-
Subtotal	1.203.992	991.176	-	(1.217.656)	-	(576)	976.936	(227.056)	-	976.936	1.203.992	(58.986)	-	(58.986)
Total do Ativo Imobilizado	15.004.610	1.029.350	(170.290)	-	(6.522)	(12.794)	15.844.354	839.744	(7.312.492)	8.531.862	8.039.108	(866.705)	420.995	(445.710)

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 Em 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A composição da conta máquinas e equipamentos da atividade de distribuição é como segue:

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2021	Baixas (A)	Baixas (A)	Baixas de Reavaliação (B)	Transferências (C)	Reavaliação (C)	Outros (D)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)
AIS Bruto	13.264.559	-	(183.427)	13.390	1.137.887	20.294	(12.218)	14.240.485	975.926
Transformador de Distribuição	1.628.796	-	(29.672)	-	-	-	-	1.599.124	(29.672)
Medidor	2.072.219	-	-	-	-	-	-	2.072.219	-
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	294.671	-	-	-	-	-	-	294.671	-
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	5.257.314	-	(50.426)	(14.348)	572.095	8.385	(12.218)	5.760.802	503.488
Redes Alta Tensão (69 kV)	259.484	-	-	-	4.093	-	-	263.577	4.093
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	515.057	-	-	-	91.927	-	-	606.984	91.927
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	302	-	-	-	-	-	-	302	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	167.279	-	(740)	(1.472)	7.033	-	-	172.100	4.821
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	584.834	-	(2.556)	(7.559)	28.371	-	-	603.090	18.256
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	1.053.741	-	(595)	(1.607)	95.400	-	-	1.146.939	93.198
Demais máquinas e equipamentos	1.430.862	-	(99.438)	38.376	338.968	11.909	-	1.720.677	289.815
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(786.901)	(478)	-	-	(22.679)	-	2.339	(807.719)	(20.818)
Participação da União, Estados e Municípios	(680)	-	-	-	-	-	-	(680)	-
Participação Financeira do Consumidor	(593.662)	-	-	-	157.017	-	2.339	(434.306)	159.356
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(45.326)	-	-	-	(35.438)	-	-	(80.764)	(35.438)
Pesquisa e Desenvolvimento	(18.990)	(478)	-	-	-	-	-	(19.468)	(478)
Outros	(128.243)	-	-	-	(144.258)	-	-	(272.501)	(144.258)

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 Em 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Descrição	Valor Bruto em 31/12/2020	Baixas (A)	Baixas de Reavaliação (B)	Transferências (C)	Outros (D)	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)
AIS Bruto	12.746.840	(16.189)	(8.092)	541.811	189	13.264.559	517.719
Transformador de Distribuição	1.628.796	-	-	-	-	1.628.796	-
Medidor	2.072.219	-	-	-	-	2.072.219	-
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	240.593	-	-	54.078	-	294.671	54.078
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	5.116.618	(16.189)	(8.092)	164.977	-	5.257.314	140.696
Redes Alta Tensão (69 kV)	257.002	-	-	2.482	-	259.484	2.482
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	469.537	-	-	45.331	189	515.057	45.520
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	302	-	-	-	-	302	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	165.347	-	-	1.932	-	167.279	1.932
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	579.888	-	-	4.946	-	584.834	4.946
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	1.009.226	-	-	44.515	-	1.053.741	44.515
Demais máquinas e equipamentos	1.207.312	-	-	223.550	-	1.430.862	223.550
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(766.575)	-	-	-	(20.326)	(786.901)	(20.326)
Participação da União, Estados e Municípios	(680)	-	-	-	-	(680)	-
Participação Financeira do Consumidor	(429.078)	-	-	-	(164.584)	(593.662)	(164.584)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(45.326)	-	-	-	-	(45.326)	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(18.990)	-	-	-	-	(18.990)	-
Outros	(272.501)	-	-	-	144.258	(128.243)	144.258

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2022			31/12/2021		
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Distribuição		14.482.839	(7.099.858)	7.382.981	13.555.687	(6.757.582)	6.798.105
Custo Histórico	6,15%	10.669.728	(4.002.919)	6.666.809	8.041.613	(3.128.861)	4.912.752
Correção Monetária Especial	4,75%	143.072	(128.673)	14.399	68.314	(67.840)	474
Reavaliação	5,40%	3.670.039	(2.968.266)	701.773	5.445.760	(3.560.881)	1.884.879
Administração		310.150	(193.269)	116.881	208.676	(171.665)	37.011
Custo Histórico	8,91%	158.531	(85.429)	73.102	53.897	(44.194)	9.703
Correção Monetária Especial	7,56%	9.707	(9.463)	244	1.261	(1.261)	-
Reavaliação	8,91%	141.912	(98.377)	43.535	153.518	(126.210)	27.308
Ativo de direito de uso		74.429	(19.365)	55.064	-	-	-
Total do ativo imobilizado em serviço		14.867.418	(7.312.492)	7.554.926	13.764.363	(6.929.247)	6.835.116
Em curso							
Distribuição		952.441	-	952.441	1.127.373	-	1.127.373
Administração		24.495	-	24.495	76.619	-	76.619
Total do ativo imobilizado em curso		976.936	-	976.936	1.203.992	-	1.203.992
Total do ativo imobilizado		15.844.354	(7.312.492)	8.531.862	14.968.355	(6.929.247)	8.039.108

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 Em 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2021			31/12/2020		
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Distribuição		13.555.687	(6.757.582)	6.798.105	13.025.138	(6.226.274)	6.798.864
Custo Histórico	6,15%	8.041.613	(3.128.861)	4.912.752	9.104.797	(3.313.294)	5.791.503
Correção Monetária Especial	4,75%	68.314	(67.840)	474	144.858	(129.582)	15.276
Reavaliação	5,40%	5.445.760	(3.560.881)	1.884.879	3.775.483	(2.783.398)	992.085
Administração		208.676	(171.665)	37.011	219.267	(173.297)	45.970
Custo Histórico	8,91%	53.897	(44.194)	9.703	121.624	(77.887)	43.737
Correção Monetária Especial	7,56%	1.261	(1.261)	-	9.707	(9.463)	244
Reavaliação	8,91%	153.518	(126.210)	27.308	87.936	(85.947)	1.989
Total do ativo imobilizado em serviço		13.764.363	(6.929.247)	6.835.116	13.244.405	(6.399.571)	6.844.834
Em curso							
Distribuição		1.127.373	-	1.127.373	815.126	-	815.126
Administração		76.619	-	76.619	19.976	-	19.976
Total do ativo imobilizado em curso		1.203.992	-	1.203.992	835.102	-	835.102
Total do ativo imobilizado		14.968.355	(6.929.247)	8.039.108	14.079.507	(6.399.571)	7.679.936

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / equipamentos	Serviços de terceiros	Mão de obra própria	Juros capitalizados	Outros gastos	Total
Terrenos	-	5.130	410	-	-	5.540
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.944	1.950	495	-	-	7.389
Máquinas e equipamentos	591.816	333.924	47.286	248	1.703	974.977
Veículos	12.550	1.002	-	-	-	13.552
Outros	(23.697)	-	-	-	-	(23.697)
Material em depósito	13.415	-	-	-	-	13.415
Ativo de direito de uso	38.174	-	-	-	-	38.174
Total das adições do ativo imobilizado em curso	637.202	342.006	48.191	248	1.703	1.029.350

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 2012, são as seguintes:

Taxas anuais de depreciação (%)

Distribuição

Barra de capacitores	5,00%
Chave de distribuição	3,33%
Condutor do sistema	2,70%
Estrutura do sistema	3,57%
Regulador de tensão	3,45%
Transformador	2,86%

Administração central

Equipamento geral	6,25%
Software	20,00%

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada a sua aplicação.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	R\$
1. TERRENO SE ENTRONCAMENTO LAGOS	15.106
2. CABO CAA 954 MCM RAIL,B,PM-BR211.12	13.073
3. SE,MÓVEL,30MVA,69-34,5/13,8-11,95KV	11.452
4. ESTRUTURA SUPORTE DE EQUIPAMENTO (VIGA)	9.544
5. ESTRUTURA SUPORTE DE EQUIPAMENTO (PILAR)	9.251
6. REFORMA DE EDIFICAÇÕES	7.120
7. COND CL TENSÃO <69KV ALUM ISOL-XLPE 400 MM² MONO/U	5.621
8. COND CL TENSÃO <69KV ALUM ISOL-XLPE 400 MM² MONO/U	4.617
9. URBANIZAÇÃO E BENFEITORIAS-PÁTIOS	4.413
10. COND CL TENSÃO <69KV ALUM ISOL-XLPE 400 MM² MONO/U	4.220

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	R\$
1. MICROCOMPUTADOR-COMPUT.E EQUIP. COMPLEMENTARES...	9.230
2. TRAFÓ DIST-AÉR-13,8kV-220/127V-45KVA-TRIF/TRIP-CON	5.535
3. TRAFÓ DIST-AÉR-13,8kV-220/127V-75KVA-TRIF/TRIP-CON	4.618
4. TRAFÓ DIST-AÉR-13,8kV-220/127V-30KVA-TRIF/TRIP-CON	3.621
5. RELIG. 15KV, 400A, ELETRÔNICO	3.591
6. COND NU CU CU 70 MM²	2.780
7. COND NU AL CA 336,4 MCM	2.298
8. POSTE-CIRC-CONCR-11 M-400 daN	2.256
9. COND NU AL CA 2 AWG	2.133
10. CHAVE-SEC-15kv-400A-1F-MAN-SECO	2.019

11. Intangível

São decorrentes do direito de uso da infraestrutura, licenças de software e bens de renda. Esses ativos são reconhecidos pelo custo.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões da infraestrutura, conforme aplicação do ICPC 01 e IFRIC 12 - Contratos de Concessão, corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão e são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois, o menor.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão no caso das distribuidoras. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Redução ao valor recuperável

Uso de estimativas:

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). O gerenciamento dos negócios considera a Companhia uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado com base no WACC definido pelo grupo Enel, o qual considera uma taxa de alavancagem padrão para os negócios em que atua de 50%. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, contidas no plano de negócios da Companhia e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A amortização do intangível é reconhecida no resultado e registrada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente.

Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, de acordo com definições da ANEEL para fins tarifários. Como resultado da utilização desse critério, o total do ativo intangível será amortizado de forma linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia. Esse intangível é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e da provisão para redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 Em 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Intangível	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Transferências (B)	Reavaliação	Outros	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A)+(B)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Ativo intangível em serviço										
Distribuição	334.641	-	6.973	(44)	-	341.570	6.929	(156.831)	184.739	191.582
Servidões	117.160	-	2.658	936	-	120.754	3.594	(192)	120.562	116.968
Softwares	174.822	-	4.315	2.671	-	181.808	6.986	(155.551)	26.257	33.978
Outros	42.659	-	-	(3.651)	-	39.008	(3.651)	(1.088)	37.920	40.636
Administração	291.693	-	113.586	(2.403)	(5.654)	397.222	105.529	(232.675)	164.547	93.700
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	290.524	-	107.932	(2.877)	-	395.579	105.055	(232.669)	162.910	92.537
Outros	1.169	-	5.654	474	(5.654)	1.643	474	(6)	1.637	1.163
Subtotal	626.334	-	120.559	(2.447)	(5.654)	738.792	112.458	(389.506)	349.286	285.282
Ativo Intangível em Curso										
Distribuição	64.379	(43.916)	(6.397)	-	-	14.066	(50.313)	-	14.066	64.379
Servidões	107	2.082	(2.082)	-	-	107	-	-	107	107
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	64.272	(45.998)	(4.315)	-	-	13.959	(50.313)	-	13.959	64.272
Administração	96.710	263.275	(107.932)	-	-	252.053	155.343	-	252.053	96.710
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	96.710	263.275	(107.932)	-	-	252.053	155.343	-	252.053	96.710
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	161.089	219.359	(114.329)	-	-	266.119	105.030	-	266.119	161.089
Total do Ativo Intangível	787.423	219.359	6.230	(2.447)	(5.654)	1.004.911	217.488	(389.506)	615.405	446.371

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativo Intangível	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2022			31/12/2021		
		Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Em serviço							
Distribuição		341.570	(156.831)	184.739	334.641	(143.059)	191.582
Custo Histórico	20,00%	177.218	(110.692)	66.526	177.219	(110.694)	66.525
Correção Monetária Especial		89	-	89	88	-	88
Reavaliação	20,00%	164.263	(46.139)	118.124	157.334	(32.365)	124.969
Administração		397.222	(232.675)	164.547	291.693	(197.993)	93.700
Custo Histórico	20,00%	224.981	(119.569)	105.412	224.981	(119.569)	105.412
Correção Monetária Especial	20,00%	-	-	-	-	-	-
Reavaliação	20,00%	172.241	(113.106)	59.135	66.712	(78.424)	(11.712)
Total do ativo intangível em serviço		738.792	(389.506)	349.286	626.334	(341.052)	285.282
Em curso							
Distribuição		14.066	-	14.066	64.379	-	64.379
Administração		252.053	-	252.053	96.710	-	96.710
Total do ativo intangível em curso		266.119	-	266.119	161.089	-	161.089
Total do ativo intangível		1.004.911	(389.506)	615.405	787.423	(341.052)	446.371

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativo Intangível	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2021			31/12/2020		
		Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Em serviço							
Distribuição		334.641	(143.059)	191.582	316.760	(130.281)	186.479
Custo Histórico	20,00%	177.219	(110.694)	66.525	173.433	(87.416)	86.017
Correção Monetária Especial		88	-	88	955	-	955
Reavaliação	20,00%	157.334	(32.365)	124.969	142.372	(42.865)	99.507
Administração		291.693	(197.993)	93.700	275.271	(166.840)	108.431
Custo Histórico	20,00%	224.981	(119.569)	105.412	226.072	(117.939)	108.133
Correção Monetária Especial	20,00%	-	-	-	1.071	(1.071)	-
Reavaliação	20,00%	66.712	(78.424)	(11.712)	48.128	(47.830)	298
Total do ativo intangível em serviço		626.334	(341.052)	285.282	592.031	(297.121)	294.910
Em curso							
Distribuição		64.379	-	64.379	2.078	-	2.078
Administração		96.710	-	96.710	80.208	-	80.208
Total do ativo intangível em curso		161.089	-	161.089	82.286	-	82.286
Total do ativo intangível		787.423	(341.052)	446.371	674.317	(297.121)	377.196

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



12. Fornecedores

	31.12.2022	31.12.2021
Compra de energia	371.383	433.166
Compra de energia com partes relacionadas (nota 26)	1.518	1.847
Encargo de uso da rede	118.743	277.120
Encargo de uso da rede com partes relacionadas (nota 26)	430	432
Total energia	492.074	712.565
Materiais e serviços	628.017	526.922
Materiais e serviços com partes relacionadas (nota 26)	119.358	119.012
Total fornecedores	1.239.449	1.358.499

Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante destas operações é de R\$ 146.761 (R\$ 74.925 em 31 de dezembro de 2021).

13. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em março de 2017 o Superior Tribunal Federal - STF decidiu o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2022 o STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 09 de setembro de 2022.

A Companhia discute o tema em ação judicial desde 2008 e em setembro de 2022 tomou ciência do trânsito em julgado de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, reconhecendo o direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS.

Em conformidade com a decisão de segunda instância judicial e com o julgamento do tema de repercussão geral, a Companhia a partir do recolhimento de maio de 2021 passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas bases de cálculo das referidas contribuições.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 17 de março de 2020, a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2022 e 29 de março de 2022, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2022 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

Foi publicada a Lei 14.385/2022 em 27 de junho de 2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e embora ainda não regulamentada a forma definitiva de devolução pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, os processos tarifários de 2022 já contemplam a devolução parcial de tais valores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o total devolvido aos consumidores foi de R\$ 219.872.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando até 31 de dezembro de 2022 o montante acumulado compensado de R\$ 295.892.

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
Ativo circulante	9	405.093	436.501
Ativo não circulante	9	2.759.188	2.774.969
Total do ativo		3.164.281	3.211.470
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
Passivo circulante	17	405.093	436.501
Passivo não circulante	17	2.834.446	2.814.422
Total do passivo		3.239.539	3.250.923
		31.12.2022	31.12.2021
Resultado			
Receita operacional bruta			
PIS/COFINS - consumidores a restituir	22	-	(2.055.395)
PIS/COFINS - tributo a compensar	22	-	2.055.395
Impacto líquido		-	-
Receita financeira			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	24	222.562	1.195.528
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir	24	(222.562)	(1.195.528)
Impacto líquido		-	-

A seguir é apresentada a movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-
Constituição	2.055.395	2.055.395
Atualização	1.195.528	1.195.528
Compensação	(39.453)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.211.470	3.250.923
Atualização	222.562	222.562
Compensação	(256.439)	-
Devolução a consumidores (nota 8)	-	(219.872)
Outros - ajuste créditos e pagamento honorários	(13.312)	(14.074)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.164.281	3.239.539



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de cada captação.

15.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	31.12.2022						31.12.2021						
	Circulante			Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante	Circulante			Não Circulante		Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total		Encargos	Principal	Total	Principal	Total	
Moeda estrangeira:													
Scotiabank 4131 III	1.125	-	1.125	-	192.536	192.536	193.661	1.195	-	1.195	205.923	205.923	207.118
Scotiabank 4131 IV	568	-	568	-	115.521	115.521	116.089	607	-	607	123.554	123.554	124.161
BNP PARIBAS 4131 II	-	-	-	-	-	-	-	79	218.843	218.922	-	-	218.922
Total	1.693	-	1.693	-	308.057	308.057	309.750	1.881	218.843	220.724	329.477	329.477	550.201
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas													
Enel Finance International N.V. III, IV, V, VI, VII, VIII	6.530	1.624.827	1.631.357	-	808.991	808.991	2.440.348	6.958	1.011.809	1.018.767	1.560.045	1.560.045	2.578.812
Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	6.530	1.624.827	1.631.357	-	808.991	808.991	2.440.348	6.958	1.011.809	1.018.767	1.560.045	1.560.045	2.578.812
Total moeda estrangeira	8.223	1.624.827	1.633.050	-	1.117.048	1.117.048	2.750.098	8.839	1.230.652	1.239.491	1.889.522	1.889.522	3.129.013
Moeda nacional:													
Financiamentos													
BNDES (Capex 2012-2013) FINAME	5	3.440	3.445	-	-	-	3.445	15	8.257	8.272	3.440	3.440	11.712
BNP PARIBAS 4131	-	-	-	-	-	-	-	13.720	400.000	413.720	-	-	413.720
Financiamentos - Moeda nacional	5	3.440	3.445	-	-	-	3.445	13.735	408.257	421.992	3.440	3.440	425.432
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas													
Enel Brasil Mútuo não Subordinado (nota 26)	22.511	339.104	361.615	208.720	838.279	1.046.999	1.408.614	73.426	1.211.861	1.285.287	-	-	1.285.287
Enel Finance International N.V. I e II (nota 26)	30.028	230.000	260.028	-	750.000	750.000	1.010.028	14.837	-	14.837	980.000	980.000	994.837
CDSA (nota 26)	-	-	-	-	-	-	-	738	140.724	141.462	-	-	141.462
Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	52.539	569.104	621.643	208.720	1.588.279	1.796.999	2.418.642	89.001	1.352.585	1.441.586	980.000	980.000	2.421.586
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional	52.544	572.544	625.088	208.720	1.588.279	1.796.999	2.422.087	102.736	1.760.842	1.863.578	983.440	983.440	2.847.018
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional e moeda estrangeira	60.767	2.197.371	2.258.138	208.720	2.705.327	2.914.047	5.172.185	111.575	2.991.494	3.103.069	2.872.962	2.872.962	5.976.031



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

a) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
Enel Brasil Mútuo 58	180.880	05/01/2022	31/01/2022	1,40%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. IX (c/ Swap)	1.041.014	28/12/2022	28/12/2023	6,29%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 59	76.599	23/12/2022	31/03/2023	1,32%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 60	30.233	26/12/2022	31/03/2023	1,32%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 61	14.107	28/12/2022	31/03/2023	1,32%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A

b) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e liquidados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
BNP PARIBAS 4131	400.000	06/02/2019	07/02/2022	8,40%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
BNP PARIBAS 4131 II	199.999	23/12/2020	23/12/2022	1,63%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Mútuo Ampla x CDSA I	140.724	14/12/2021	07/01/2022	CDI + 1,40%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 56	100.466	30/09/2021	31/03/2022	CDI + 1,00%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 57	60.412	23/12/2021	31/03/2022	CDI + 1,40%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. VIII (c/ Swap)	1.025.952	28/12/2021	28/12/2022	1,06%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A

c) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
BNDES (Capex 2012-2013) FINAME, A, B e F	73.625	15/08/2013	15/05/2023	3,00%	Mensal	Mensal	79%	Financiamento do CAPEX 2012/2013	Recebíveis
Enel Brasil Mútuo	206.444	29/12/2015	06/08/2023	CDI + 0,57%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 54	100.000	18/06/2020	17/06/2024	CDI + 2,10%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 55	750.000	07/07/2020	22/01/2024	CDI + 2,27%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V.	750.000	21/12/2020	22/01/2024	CDI + 1,41%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Scotiabank III	200.000	01/02/2021	03/02/2025	1,39%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Scotiabank IV	120.000	26/02/2021	26/02/2025	1,39%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Enel Finance International N.V.II	230.000	15/04/2021	17/04/2023	1,06%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V.III (c/ Swap)	294.500	01/07/2021	03/07/2023	1,29%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. IV (c/ Swap)	299.800	08/07/2021	10/07/2023	1,29%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. V (c/ Swap)	306.765	03/09/2021	03/09/2024	1,53%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. VI (c/ Swap)	257.600	07/10/2021	14/10/2024	1,59%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. VII (c/ Swap)	347.881	14/12/2021	16/12/2024	1,65%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A

15.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	31.12.2022		31.12.2021	
	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional				
CDI	2.418.642	47%	2.421.586	41%
Taxa fixa	3.445	0%	425.432	7%
Moeda estrangeira				
Dólar	309.750	6%	550.201	9%
Euro	2.440.348	47%	2.578.812	43%
Total	5.172.185	100%	5.976.031	100%

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de swap, trocando taxas e valores pactuados em dólar e euro por valores em reais.

15.4 Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

31.12.2022		
2024	2025	Total não circulante
2.397.271	308.056	2.705.327

15.5 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram a seguinte variação:

Indexador (*)	31.12.2022
	%
CDI	13,65
TJLP	7,37
Dólar	5,22
Euro	5,57

(*) Índice do último dia do exercício.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.6 Movimentações dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	22.757	2.478.065	902.511	203.792	3.607.125
Captações	-	531.601	1.385.953	1.826.546	3.744.100
Encargos provisionados	109.351	57.903	23.065	3.982	194.301
Encargos pagos	(86.764)	-	(26.194)	-	(112.958)
Variação cambial	-	-	51.580	63.880	115.460
Transferências	2.084.129	(2.084.129)	208.677	(208.678)	(1)
Amortizações	(265.895)	-	(1.308.259)	-	(1.574.154)
Ajuste a valor de mercado	-	-	2.158	-	2.158
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.863.578	983.440	1.239.491	1.889.522	5.976.031
Captações	301.819	-	1.041.014	-	1.342.833
Encargos provisionados	330.402	-	37.029	-	367.431
Encargos pagos	(166.414)	-	(37.008)	-	(203.422)
Variação cambial	-	-	(126.516)	(226.347)	(352.863)
Transferências	(813.558)	813.559	546.126	(546.127)	-
Amortizações	(890.739)	-	(1.103.752)	-	(1.994.491)
Ajuste a valor de mercado	-	-	36.666	-	36.666
Saldo em 31 de dezembro de 2022	625.088	1.796.999	1.633.050	1.117.048	5.172.185

15.7 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos Índices
BNDES 2012 e 2013	Endividamento Bancário Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES 2012 e 2013	Endividamento Bancário Líquido / (PL + Endividamento Bancário Líquido) (máximo)	0,60	Anual

BNDES 2012 e 2013

- (a) Endividamento bancário líquido para fins de cálculo dessa obrigação corresponde aos empréstimos e financiamentos bancários líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- (b) LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima. O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

15. Obrigações com benefícios pós-emprego

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações contábeis regulatórias, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada com o apoio de atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data.

O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

Uso de estimativas

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões.

As principais premissas utilizadas pela Companhia estão descritas a seguir:

Taxa de desconto

A taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego considera os títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) com vencimento correspondente a duração da obrigação dos benefícios pós-emprego.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Tábua de mortalidade

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas e que são revisadas a cada data-base.

A tábua de mortalidade se baseia em estudos de expectativa de vida da população de acordo com cada faixa etária e as condições socioeconômicas do grupo analisado. Através de estudos de aderência, realizados periodicamente, avalia-se a adequação da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.

Aumento salarial, benefícios e inflação

Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a Companhia faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

Taxa esperada de retorno de ativos

A taxa esperada de retorno de ativos do plano é a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados, corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação, no montante total do passivo, estão inclusos os contratos de dívida atuariais que a Companhia assinou junto a Brasiletros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente.

A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada (Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV) que são administrados pela Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O PCA, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O PACV, estruturado na modalidade de contribuição variável, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora. A seguir informações sobre o custeio dos planos:

a) Plano de complementação de aposentadoria - PCA (Benefício Definido)

O custeio do plano é revisado anualmente em razão do resultado da avaliação atuarial preparada pela Brasiletros a fim de estabelecer o nível de contribuição necessário à constituição das reservas, fundos e provisões para garantia das obrigações do plano.

- **Patrocinadora** - contribui com 5,43%% da folha de salários para cobertura dos benefícios acrescido de parcela mensal correspondente a R\$ 257 para cobertura das despesas administrativas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- **Participantes ativos** - contribuição com base em percentuais cumulativos, que variam de 1,75% a 10%, em função da faixa salarial e teto da previdência social, acrescido de contribuição fixa de 1,10% sobre o salário;
- **Participantes assistidos** - contribuição com base em percentuais cumulativos, variando de 1,75% a 10%, em função do valor complemento de aposentados da faixa salarial e teto da previdência social.

Em 31 de dezembro de 2001, a Companhia reconheceu o déficit atuarial no montante de R\$ 118.221 de acordo com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002 junto à Brasiletros, onde ficou estabelecido o prazo de 20 anos para amortização, com carência de 2 anos e meio e reajuste do saldo devedor em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais anuais.

O valor do saldo devedor desse compromisso em 31 de dezembro de 2021 totalizava R\$ 46.214 e em março de 2022 o referido saldo foi quitado pela empresa, conforme prazo e condições estabelecidas no contrato.

b) Plano de aposentadoria de contribuição variável - PACV (Contribuição Definida)

- **Patrocinadora** - contribuição média de 6,37% da folha de salários dos participantes ativos não elegíveis ao recebimento do benefício pleno oferecido pelo plano, dos quais 4,22% são destinados à cobertura dos benefícios e 2,15% destinados à cobertura das despesas administrativas.
- **Participantes ativos** - contribuição a partir de 2% do salário, conforme previsão regulamentar, sendo o percentual médio de contribuição observado a partir da população ativa equivalente a 5,43% da folha de salários dos participantes ativos.

A Companhia firmou dois contratos de dívida junto à Brasiletros nos anos de 2012 e 2013, nos montantes de R\$ 3.498 e R\$ 9.861, respectivamente, para compensar o acréscimo das provisões matemáticas dos participantes que se encontravam na condição de ativo no plano em 31 de dezembro de 2006 em função da alteração da hipótese de crescimento real dos benefícios de -1,5% para 0%a.a. que refletiu na redução da expectativa de recebimento do benefício vitalício.

Em função da situação deficitária registrada no plano em 2014 e a necessidade de restabelecer seu equilíbrio, a Companhia assumiu integralmente as obrigações decorrentes do resultado apurado no montante de R\$ 47.684 que foi objeto de contrato de confissão de dívida assinado em 30 de janeiro de 2015, com prazo de amortização de 15 anos e cláusula de revisão atuarial, onde o saldo devedor será revisto ao final de cada ano, em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais.

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos dos contratos de confissão de dívida assumidos pela Companhia com o PACV totalizam a quantia de R\$ 125.780 (R\$ 103.318 em 31 de dezembro de 2021), de acordo com avaliação atuarial preparada pela Brasiletros.

c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)

A Companhia tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da Companhia até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela Companhia e pelo usuário.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

Terão direito ao benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na Companhia.

Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

a) Ativos e passivos atuariais, reconhecido no balanço patrimonial como passivo atuarial líquido:

	31.12.2022	31.12.2021
<u>Obrigações com benefícios pós-emprego</u>		
Valor presente das obrigações atuariais	1.338.396	1.414.121
Valor justo dos ativos do plano	(1.142.820)	(1.090.644)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	85.942	25.105
Obrigações registradas com benefícios pós-emprego	281.518	348.582

b) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	31.12.2022	31.12.2021
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.414.121	1.642.975
Custo dos serviços correntes	2.432	991
Custos dos juros	126.455	112.268
Contribuição de participantes do plano	20	145
Benefícios pagos pelo plano	(141.061)	(135.522)
Perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	(63.571)	(206.736)
Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício	1.338.396	1.414.121

c) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:

	31.12.2022	31.12.2021
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.090.644	1.052.729
Retorno esperado dos ativos do plano	101.999	73.346
Contribuições recebidas de participantes do plano	20	145
Contribuições recebidas do empregador	88.705	150.099
Benefícios pagos pelo plano	(141.061)	(135.522)
Ganhos (perdas) atuarias sobre os ativos do plano	2.513	(50.153)
Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício	1.142.820	1.090.644

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



d) Movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo do início do exercício	348.582	590.246
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial	2.432	991
Juros líquido conforme laudo atuarial	25.046	38.922
Pagamento de contribuições	(88.705)	(150.099)
Ajustes de avaliação atuarial	(5.837)	(131.478)
Saldo do final do exercício	281.518	348.582

Aberto por plano:

	PCA	PACV	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	184.272	101.595	282.654	21.725	590.246
Custo do serviço corrente	(25)	108	-	908	991
Custo dos juros líquidos	11.517	7.014	19.148	1.243	38.922
Contribuições reais do empregador	(111.884)	(11.375)	(24.897)	(1.943)	(150.099)
Ganho/Perda atuarial	(37.665)	(4.246)	(84.028)	(5.539)	(131.478)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	46.215	93.096	192.877	16.394	348.582
Custo do serviço corrente	-	83	1.666	683	2.432
Custo dos juros líquidos	(1.772)	8.189	17.330	1.299	25.046
Contribuições reais do empregador	(47.911)	(15.375)	(23.904)	(1.515)	(88.705)
Ganho/Perda atuarial	3.468	12.858	(20.749)	(1.414)	(5.837)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	98.851	167.220	15.447	281.518

e) Movimentação do efeito de teto do ativo:

	31.12.2022	31.12.2021
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	25.105	-
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	590	-
Outras variação no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	60.247	25.105
	85.942	25.105

f) Despesas reconhecidas no resultado do exercício:

	31.12.2022	31.12.2021
Custo do serviço corrente bruto	2.432	991
Custo do serviço líquido	2.432	991
Juros sobre a obrigação atuarial	126.455	112.268
Rendimento esperado dos ativos no ano	(101.409)	(73.346)
Juros líquidos sobre o passivo	25.046	38.922
Total reconhecido no resultado	27.478	39.913

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**g) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial):**

	31.12.2022	31.12.2021
Ganho atuarial gerada pela taxa de desconto	85.093	229.557
Perda atuarial gerada pela experiência demográfica	(21.522)	(22.821)
Perda atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos	2.513	(50.153)
Varição na restrição de reconhecimento do ativo	(60.247)	(25.105)
Montante reconhecido no período em outros resultados abrangentes	5.837	131.478

h) Composição dos investimentos do plano por segmento:

	31.12.2022	%	31.12.2021	%
Renda fixa	779.129	68,18%	730.409	66,97%
Renda variável	137.129	12,00%	158.721	14,55%
Investimentos imobiliários	104.988	9,19%	106.180	9,74%
Outros	121.574	10,64%	95.334	8,74%
Total do valor justo dos ativos do plano	1.142.820	100,00%	1.090.644	100,00%

i) Premissas atuariais utilizadas:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Especificação	Planos BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	10,40%	10,40%	10,40%	10,40%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	10,40%	10,40%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina	N/A

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Especificação	Planos BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	9,41%	9,46%	9,46%	9,41%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	9,41%	9,46%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49	AT-49	AT-49	AT-49

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 Em 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



j) Estimativa da despesa para o exercício de 2023:

	2023
Custo do serviços correntes	2.461
Custos dos juros líquidos	27.241
Total da despesa projetada para o exercício de 2023	29.702

k) Análise de sensibilidade das premissas atuariais

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,50%. O resultado da análise quantitativa em 31 de dezembro de 2022 está demonstrado a seguir:

	PCA		PACV		Plano Médico		Plano FGTS	
	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)
Obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2022	850.247		305.479		167.224		15.445	
Taxa de Desconto								
Impacto na obrigação do benefício definido	(28.643)	30.586	(11.881)	12.802	(1.258)	569	(486)	518
Total da obrigação do benefício definido	821.604	880.833	293.598	318.281	165.966	167.793	14.959	15.963

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

16.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da transação	Vigência	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)
Mútuo Enel Brasil 52 - Subordinado I	Agosto de 2023	27.351	26.531	-	-
Prestação de serviços técnicos e gestão	Março de 2020 a Março de 2025	(63.972)	(37.339)	-	-
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações	Fevereiro de 2024	(168.613)	(63.553)	-	-
Dividendos	Dezembro de 2019 a Dezembro de 2022	(77.635)	(57.880)	-	-
Mútuos	Vide nota 18	(1.408.614)	(1.285.287)	(169.540)	(42.376)
Comissão de fiança	Fevereiro de 2025	(278)	(952)	(1.397)	(4.135)
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura	Fevereiro de 2024	(3.724)	(198)	-	-
Total do saldo com partes relacionadas		(1.695.485)	(1.418.678)	(170.937)	(46.511)

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.2 Empresas em controle comum

Natureza da transação e parte relacionada	Vigência	31.12.2022	31.12.2021	2022	2021
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)
Benefícios pós-emprego					
Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS	Até o final da concessão	(266.071)	(332.187)	(18.882)	(38.300)
		(266.071)	(332.187)	(18.882)	(38.300)
Compra e venda de estoque					
Companhia Energética do Ceará - COELCE	N/A	2.404	2.404	-	-
		2.404	2.404	-	-
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em fatura de energia)					
Enel XBrasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	6	411	562	447
		6	411	562	447
Prestação de serviços de desenvolvimento					
Enel XBrasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	(1.640)	(7.331)	151	(6.138)
		(1.640)	(7.331)	151	(6.138)
Compra e venda de ativo imobilizado					
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	N/A	(1.176)	(2.229)	-	-
		(1.176)	(2.229)	-	-
Suprimento de energia - CCEAR					
Enel Green Power Volta Grande S.A.		(1.568)	(1.847)	(15.608)	(14.246)
		(783)	(656)	(7.689)	(7.553)
Enel Green Power Paranapanema S.A.		(92)	(85)	(1.003)	(956)
Enel Green Power Mourão S.A.		(26)	(24)	(264)	(276)
Enel Green Power Cabeça de Boi S.A.	Até o final da concessão	(126)	(136)	(1.089)	(932)
Enel Green Power Fazenda S.A.		(63)	(102)	(686)	(624)
Enel Green Power Salto do Apicás S.A.		(208)	(225)	(2.188)	(1.537)
Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		(129)	(275)	(1.547)	(1.228)
Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		(141)	(344)	(1.142)	(1.140)
Suprimento de energia - MVE					
Enel Trading Brasil S.A.	Até o final da concessão	-	(408)	-	(9.179)
		-	(408)	-	(9.179)
Reembolso de despesas de viagens					
ENDESA S.A.	Até o final da concessão	(209)	(162)	-	-
		(209)	(162)	-	-
Encargo de uso do sistema de transmissão					
Enel Cien S.A.	Até o final da concessão	(412)	(432)	(5.037)	(5.025)
		(412)	(432)	(5.037)	(5.025)
Mútuo					
Enel Finance International N.V.	Vide nota 15	(3.450.376)	(3.715.111)	92.742	(127.601)
		(3.450.376)	(3.715.111)	92.742	(127.601)
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.		-	(141.462)	(285)	(738)
		-	(141.462)	(285)	(738)
Reembolso expatriados					
Enel SpA		(2.359)	(3.331)	(2.121)	(2.161)
		(1.311)	(1.430)	(1.450)	(1.338)
Enel Itália SpA	Até o final da concessão	(435)	(1.430)	(325)	-
		(435)	(1.430)	(325)	-
Enel Romania S.A.		444	444	-	-
		444	444	-	-
E-Distributie Muntenia S.A.		-	-	-	142
		-	-	-	142
Enel Global Infrastructure And Networks S.r.l.		(1.057)	(915)	(346)	(965)
		(1.057)	(915)	(346)	(965)
Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM					
Enel Iberia S.r.l.	Até o final da concessão	(1.239)	(1.387)	-	-
		(1.239)	(1.387)	-	-
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme despacho N° 338 de 06 de fevereiro de 2019 (*)					
Enel Green Power Volta Grande S.A.		781	781	-	-
		781	781	-	-
CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.		-	(377)	-	-
		-	(377)	-	-
CELG Distribuição S.A. - CELG D	Fevereiro de 2024	-	4.937	-	-
		-	4.937	-	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.		(170)	(170)	-	-
		(170)	(170)	-	-
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.		124	2.928	-	-
		124	2.928	-	-
Enel Americas S.A.		1.109	-	-	-
		1.109	-	-	-
Gridspertise Latam S.A		1.259	-	1.259	-
		1.259	-	1.259	-
Enel Cien S.A.		79	79	-	-
		79	79	-	-
Total do saldo com partes relacionadas		(3.719.458)	(4.053.432)	53.066	(196.065)

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(*) A partir de 23 de agosto de 2022, a Companhia de Geração Térmica Fortaleza – CGTF, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel.

(**) A partir de 29 de dezembro de 2022, a CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas até essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Suprimento de energia – CCEAR e sistema de transmissão e MVE

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a Enel CIEN S.A. e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS.

Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 6 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

Mútuo

As informações sobre os contratos de mútuos com a Enel Brasil encontram-se detalhadas nos quadros da nota explicativa no 15.

Remuneração da administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	2022	2021
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	1.600	2.526
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	82	104
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	80	722
Total	1.762	3.352

17. Provisão para processos judiciais e outros riscos

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uso de estimativas

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

17.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

	31.12.2021	Adições	Reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2022
Trabalhistas (a)	331.190	68.836	(62.898)	52.126	(38.906)	350.348
Cíveis (b)	297.845	275.700	(141.695)	82.567	(138.176)	376.241
Fiscais (c)	24.477	32	(82)	1.095	(70)	25.452
Regulatório (d)	1.693	-	-	189	-	1.882
Subtotal - Processos judiciais e administrativos	655.205	344.568	(204.675)	135.977	(177.152)	753.923
Outras provisões (e)	7.179	-	-	-	(2.108)	5.071
Total - Provisões para processos judiciais e outros riscos	662.384	344.568	(204.675)	135.977	(179.260)	758.994
Circulante	486					-
Não circulante	661.898					758.994

	31.12.2020	Adições	Reversões	Reclassificações	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2021
Trabalhistas (a)	294.155	30.619	(28.744)	-	47.096	(11.936)	331.190
Cíveis (b)	285.913	162.544	(74.291)	-	39.618	(115.939)	297.845
Fiscais (c)	203.779	197	(76)	(172.127)	(5.493)	(1.803)	24.477
Regulatório (d)	1.444	-	-	-	249	-	1.693
Subtotal - Processos judiciais e administrativos	785.291	193.360	(103.111)	(172.127)	81.470	(129.678)	655.205
Outras provisões (e)	-	13.615	-	-	-	(6.436)	7.179
Total - Provisões para processos judiciais e outros riscos	785.291	206.975	(103.111)	(172.127)	81.470	(136.114)	662.384
Circulante	179.662						486
Não circulante	605.629						661.898

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos. As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

a) Processos trabalhistas

A Companhia mantém provisão para 942 processos, compostos por ações de natureza trabalhista (empregados próprios e terceirizados) e previdenciária. As ações envolvem, em sua maioria, pedidos de vínculo de emprego com a Companhia, nos processos de terceirizados e, conseqüente equiparação aos direitos dos empregados da Companhia ou eventuais verbas inadimplidas por seus empregadores.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Processos cíveis

Grande parte da provisão está vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Processos fiscais

Os principais riscos fiscais os quais a Companhia está exposta são:

c.1) O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 15.146 (R\$14.492 em 31 de dezembro de 2021).

c.2) Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. A Companhia provisionou equivalente a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 6.644 para o auto de infração, sendo o valor total de R\$ 16.611, (R\$ 6.388 e R\$ 15.970 em 31 de dezembro de 2021) e de R\$ 598 para a execução fiscal, sendo valor total de R\$ 2.991 (R\$561 e R\$2.806 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente.

d) Processos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 846/2019 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão.

Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

e) Outras provisões

A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

A partir do exercício corrente a Companhia iniciou o processo de transição digital, de acordo com o plano de reestruturação aprovado e amplamente divulgado, este processo deve perdurar até o exercício a findar em 31 de dezembro de 2024, período pelo qual a provisão constituída será integralmente realizada.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31.12.2022	31.12.2021
Trabalhistas	246.092	269.139
Cíveis (a)	1.020.024	1.478.886
Fiscais (b)	1.958.641	1.778.241
Juizados especiais	312.810	191.914
Regulatório	19.853	17.887
Total	3.557.420	3.736.067

a) Processos cíveis

A Companhia está envolvida em processos cíveis diversos, sendo que as naturezas desses processos já foram descritas na nota explicativa 19.1.b.

b) Processos fiscais

b.1) Temas federais

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de *Fixed Rate Notes* (FRN)

Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de *Fixed Rate Notes* (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Na presente data a Companhia segue discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.387.666 (R\$ 1.332.501 em 31 de dezembro 2021).

b.2) Temas estaduais

No âmbito estadual, a Companhia discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 458.509 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 337.860 em 31 de dezembro de 2021), que tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; (iv) comparação entre informes gerenciais, livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores; (v) quebra de diferimento de isentos e (vi) cobranças de ICMS originadas da discussão dos consumidores com o Estado sobre a alíquota aplicável e sobre a incidência do ICMS na demanda contratada de energia; (vii) multa formal por erro no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN") e; (viii) ICMS referente a clientes baixa renda, receitas não tributáveis e aplicação de multa por não escrituração de notas fiscais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b.3) Temas municipais

No âmbito municipal, a Companhia discute com os municípios de Niterói e Rio das Ostras temas referentes à Taxa de Uso de Solo e Empachamento que juntos somam o valor de R\$ 25.045 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 23.918 em 31 de dezembro de 2021). Quanto ao ISS há execução fiscal apresentada pelo município de Niterói, nos montantes de R\$ 2.530, em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.394 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia discute com o município de Rio Bonito em execução fiscal cobrança de Contribuição de Iluminação Pública no valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 46.276 (R\$ 43.010 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 30 de setembro de 2022 de R\$ 44.353 (R\$ 36.303 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia recebeu, em novembro de 2022, duas execuções fiscais de ISS sobre CIP do Município de Petrópolis no valor de R\$ 3.235. Esse valor já está refletido no montante total do tópico acima.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, deduzidos da depreciação acumulada. A amortização é calculada pela taxa média dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição destas obrigações está demonstrada a seguir:

Obrigações Especiais	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	31/12/2022
Em serviço		(245.969)	(561.750)	(807.719)
Participação da União, Estados e Municípios		5.013	(5.693)	(680)
Participação Financeira do Consumidor		(333.217)	(101.088)	(434.305)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		(20.913)	(59.851)	(80.764)
Pesquisa e Desenvolvimento		(14.366)	(5.102)	(19.468)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		106.676	(106.676)	-
Outros		10.838	(283.340)	(272.502)
Ultrapassagem de Demanda		24.931	(24.931)	-
Excedente de Reativos		445	(445)	-
Outros		(14.539)	(257.963)	(272.502)
(-) Amortização Acumulada - AIS		218.635	202.360	420.995
Participação da União, Estados e Municípios	3,84%	5.697	2.672	8.369
Participação Financeira do Consumidor	3,84%	110.702	716	111.418
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	3,84%	(46.116)	74.817	28.701
Pesquisa e Desenvolvimento	3,84%	9.855	2.394	12.249
Outros	3,84%	138.497	121.761	260.258
Excedente de reativos	3,84%	87	11.913	12.000
Outros	3,84%	138.410	109.848	248.258
Total		(27.334)	(359.390)	(386.724)



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições	Transferências	Outros	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A) =	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Em serviço	(786.901)	(478)	(22.679)	2.339	(807.719)	(478)	420.995	(386.724)	(403.103)
Participação da União, Estados e Municípios	(680)	-	157.017	-	156.337	-	8.369	164.706	6.960
Participação Financeira do Consumidor	(593.661)	-	(35.438)	2.339	(626.760)	-	111.418	(515.342)	(487.880)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(45.326)	-	-	-	(45.326)	-	28.701	(16.625)	(23.545)
Pesquisa e Desenvolvimento	(18.990)	(478)	-	-	(19.468)	(478)	12.250	(7.218)	(12.214)
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(128.244)	-	(144.258)	-	(272.502)	-	260.257	(12.245)	113.576
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	11.999	11.999	9.526
Outros	(128.244)	-	(144.258)	-	(272.502)	-	248.258	(24.244)	104.050
(-) Amortização acumulada - AIS	383.798	37.197	-	-	420.995	37.197	-	420.995	383.798
Participação da União, Estados e Municípios	7.640	729	-	-	8.369	729	-	8.369	7.640
Participação Financeira do Consumidor	105.779	5.637	-	-	111.416	5.637	-	111.416	105.779
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	21.781	6.920	-	-	28.701	6.920	-	28.701	21.781
Pesquisa e Desenvolvimento	6.777	5.474	-	-	12.251	5.474	-	12.251	6.777
Outros	241.821	18.437	-	-	260.258	18.437	-	260.258	241.821
Excedente de Reativos	9.526	2.473	-	-	11.999	2.473	-	11.999	9.526
Diferença das Perdas Regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	232.295	15.964	-	-	248.259	15.964	-	248.259	232.295
Em curso	(101.993)	-	43.007	-	(58.986)	-	-	(58.986)	(101.993)
Participação da União, Estados e Municípios	(6.701)	-	-	-	(6.701)	-	-	(6.701)	(6.701)
Participação Financeira do Consumidor	(2.043)	-	2.043	-	-	-	-	-	(2.043)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(2.186)	-	-	-	(2.186)	-	-	(2.186)	(2.186)
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(91.063)	-	40.964	-	(50.099)	-	-	(50.099)	(91.063)
Total	(505.096)	36.719	20.328	2.339	(445.710)	36.719	420.995	(24.715)	(121.298)



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Obrigações Especiais	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições	Outros	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (A) =	Amortizaç ão Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Em serviço	(766.575)	-	(20.326)	(786.901)	-	383.798	(403.103)	(349.813)
Participação da União, Estados e Municípios	(680)	-	-	(680)	-	7.640	6.960	(680)
Participação Financeira do Consumidor	(429.077)	-	(164.584)	(593.661)	-	105.781	(487.880)	(429.076)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(45.326)	-	-	(45.326)	-	21.781	(23.545)	(45.326)
Pesquisa e Desenvolvimento	(18.990)	-	-	(18.990)	-	6.776	(12.214)	(18.989)
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	272.501
Outros	(272.502)	-	144.258	(128.244)	-	241.820	113.576	(128.243)
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	9.526	9.526	-
Outros	(272.502)	-	144.258	(128.244)	-	232.294	104.050	(128.243)
(-) Amortização acumulada - AIS	317.195	61.957	4.646	383.798	61.957	-	383.798	26.441
Participação da União, Estados e Municípios	331	9.746	(2.437)	7.640	9.746	-	7.640	331
Participação Financeira do Consumidor	-	46.952	58.827	105.779	46.952	-	105.779	-
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	19.916	-	1.865	21.781	-	-	21.781	19.916
Pesquisa e Desenvolvimento	6.196	633	(52)	6.777	633	-	6.777	6.194
Outros	290.752	4.626	(53.557)	241.821	4.626	-	241.821	-
Excedente de Reativos	2.071	-	7.455	9.526	-	-	9.526	-
Outros	288.681	4.626	(61.012)	232.295	4.626	-	232.295	-
Em curso	(101.993)	-	-	(101.993)	-	-	(101.993)	(101.992)
Participação da União, Estados e Municípios	(6.701)	-	-	(6.701)	-	-	(6.701)	(6.701)
Participação Financeira do Consumidor	(2.043)	-	-	(2.043)	-	-	(2.043)	(14.632)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(2.186)	-	-	(2.186)	-	-	(2.186)	(2.187)
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	(74.212)
Outros	(91.063)	-	-	(91.063)	-	-	(91.063)	(4.260)
Total	(551.373)	61.957	(15.680)	(505.096)	61.957	383.798	(121.298)	(425.364)

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social é de R\$ 4.138.230 (R\$ 2.498.230 em 31 de dezembro de 2021), totalmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital
Enel Brasil S.A.	239.730.313	99,80%	166.191.392	99,73%
Outros	479.608	0,20%	442.934	0,27%
Total de ações em circulação	240.209.921	100,00%	166.634.326	100,00%

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

c) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

d) Reserva de reavaliação

A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL para os bens do ativo imobilizado ou intangível os quais estão vinculados ao serviço concedido.

A reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação/amortização, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Com base na quarta revisão tarifária homologada pela ANEEL, mediante a Nota Técnica ANEEL nº 223 de 10 de outubro de 2018, a Companhia registrou em 2018 a reavaliação regulatória.

e) Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização dos ajustes de avaliação patrimonial, relativos à reserva de reavaliação reconhecida em exercícios anteriores à data de transição. Dessa forma, o incremento nas despesas de depreciação e baixas, em função do registro da reavaliação, tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia.

A Companhia pode distribuir juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de “lucros (prejuízos) acumulados” para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentou prejuízo e, portanto, não há destinação de resultado.

f) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.

	31.12.2022	31.12.2021
Perda de instrumentos financeiros derivativos	(86.057)	(41.258)
Tributos diferidos sobre perda de instrumentos financeiros derivativos	29.260	14.028
	(56.797)	(27.230)

20. Receita líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”) e é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas são reconhecidas no momento em que o controle é transferido ao cliente, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. Os faturamentos ocorrem em períodos bem próximos às entregas e prestação de serviços, portanto, não são esperadas alterações significativas nos preços das transações a serem reconhecidas em receitas de períodos posteriores à satisfação de obrigação de desempenho.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022			2021		
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	2.840.120	4.823.728	3.999.366	2.527.346	3.882.306	4.915.205
Industrial	3.346	139.816	549.995	3.403	112.321	291.767
Comercial	136.596	1.409.392	1.884.304	123.756	1.117.020	1.707.516
Rural	64.942	140.836	198.574	62.587	126.853	182.631
Poder público	13.671	389.305	554.871	13.004	265.635	404.610
Iluminação pública	2.331	562.068	343.576	1.878	422.085	421.415
Serviço público	2.998	269.960	360.870	2.925	224.276	284.626
Suprimento e revenda	13	395.652	145.809	24	343.318	114.409
Fornecimento faturado	3.064.017	8.130.757	8.037.365	2.734.923	6.493.814	8.322.179
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	558.777	-	-	465.962
Consumidores livres	-	-	1.043.002	-	-	861.196
Total receitas - originadas de contratos com clientes	3.064.017	8.130.757	9.639.144	2.734.923	6.493.814	9.649.337
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	(919.593)	-	-	684.139
Subvenção baixa renda	-	-	12.599	-	-	4.992
Subvenção de recursos da CDE	-	-	882.412	-	-	19.558
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	944	3.110.658	124.322	739	1.882.973	406.460
Receita de construção	-	-	164.191	-	-	130.067
Venda de Energia Excedente - MVE (a)	-	-	35.976	-	-	30.521
Atualização do ativo financeiro da concessão (a)	-	-	87.557	-	-	48.902
Outras receitas	-	-	281.596	-	-	234.905
Total outras receitas	944	3.110.658	669.060	739	1.882.973	1.559.544
Receita operacional bruta	3.064.961	11.241.415	10.308.204	2.735.662	8.376.787	11.208.881
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS	-	-	(2.276.746)	-	-	(2.538.728)
COFINS - corrente	-	-	(596.116)	-	-	(763.850)
PIS - corrente	-	-	(129.420)	-	-	(165.836)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(59.704)	-	-	(68.461)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(1.142.027)	-	-	(804.888)
Encargos do consumidor - CCRBT (b)	-	-	-	-	-	87.563
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(9.667)	-	-	(8.855)
ISS	-	-	(4.984)	-	-	(4.879)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(4.218.664)	-	-	(4.267.934)
Receita operacional líquida	3.064.961	11.241.415	6.089.540	2.735.662	8.376.787	6.940.947

20.1 Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica

Os serviços de distribuição de energia elétrica estão suportados pelos contratos de adesão (consumidores de baixa tensão) e contratos de compra de energia regulada para consumidores de média e alta tensão. A medição é realizada conforme calendário de leitura estabelecido pela Companhia e o cumprimento da obrigação de desempenho se dá através da entrega de energia elétrica, ocorrida em um determinado período. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado mensalmente de acordo com esse calendário, sendo a receita registrada pelo valor justo da contraprestação a ser recebida quando as faturas são emitidas, utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL. Com a finalidade de adequar o consumo ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa - vide nota explicativa nº 20.3.

20.2 Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD)

A receita de Fornecimento de Energia e a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) são reconhecidas quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia. As receitas são mensuradas com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente (consumo de energia, demanda contratada e/ou uso do sistema de distribuição). Estas receitas são reconhecidas quando é transferido o controle sobre o produto ou serviço ao cliente, ou seja, quando a energia é entregue ao cliente consumidor e/ou quando o consumidor utiliza o sistema de distribuição.

A Companhia reconhece a receita pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos) e o valor justo da contraprestação é calculada conforme tarifa de uso do sistema (TUSD), a qual é definida pela ANEEL. Essa receita é constituída pela compensação dos custos relativos ao uso do sistema de distribuição que estão inseridos na TUSD.

A receita pela disponibilidade da rede elétrica é registrada de forma líquida das compensações pagas aos consumidores, relativas aos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Tais indicadores refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição prestada aos clientes (livre e cativo). Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, caracterizando uma contraprestação variável. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

20.3 Receita não faturada

O cálculo da receita não faturada, para clientes cativos, referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente pelo sistema de faturamento, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o montante médio diário (montante total faturado / nº de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%). Para os clientes livres, o cálculo considera a média de consumo e tarifa dos últimos três meses.

20.4 Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 e Interpretação Técnica ICPC 17 – Contrato de Concessão ("ICPC 17"), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo de contrato é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

20.5 Outras receitas

A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, podendo ser inerentes ao serviço de distribuição, tais como serviços cobráveis, ou atividades acessórias, como arrecadação de convênios. O reconhecimento de receitas é registrado conforme contrato entre as partes e cumprimento da obrigação de desempenho com o cliente, cujas tarifas podem ser acordadas entre as partes dependendo da natureza do serviço ou homologadas pela ANEEL.

20.6 Subvenção de recursos da CDE

Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CCEE. O saldo a receber está contabilizado na rubrica "Créditos a receber – subvenção e Outros" - vide nota explicativa nº 7.

20.7 Ativo e passivo financeiro setorial

Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8.

20.8 Impostos sobre vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - o ICMS é aplicado de acordo com a classe de consumidores. Até junho/22, as principais classes eram tributadas pelas seguintes alíquotas: 18% para as classes comercial e industrial; e isento para a classe residencial com consumo até 90kv, 12% para consumo entre 91kv a 200kv e de 25% para consumo acima de 201kv. Com a edição da Lei 194/2022, a partir de julho/22 as referidas classes passaram a ser tributadas pela alíquota de 18%;
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – entre 2% a 5% incidente sobre a prestação de serviços onde o imposto é devido no estabelecimento prestador. Nos casos em que o imposto é devido no local da execução, deverá se aplicar a alíquota correspondente no respectivo município.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

21. Pessoal e administradores

	2022	2021
Remuneração	(110.573)	(101.099)
Encargos sociais	(44.173)	(40.261)
Provisão de férias e 13º salário	(19.083)	(16.682)
Plano de saúde	(6.094)	(6.382)
Previdência privada	(8.701)	(8.117)
Participação nos resultados	(16.785)	(30.913)
Auxílio alimentação e outros benefícios	(24.673)	(14.294)
Outros	(14.964)	(19.244)
(-) Transferências para intangível em curso	81.865	74.720
Total	(163.181)	(162.272)

22. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

	2022		2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:		-		
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(68.051)	(24.901)	358	129
Diferidos	146.555	52.751	162.522	58.499
Total	78.504	27.850	162.880	58.628
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	(393.999)	(393.999)	(589.894)	(589.894)
Adições:				
Gratificação a administradores	(160)	(160)	25.703	25.703
Perdão de dívida	32	32	3.064	3.064
Diferença de ajustes - societário vs regulatório	(3.458)	(3.458)	(6.163)	(6.163)
Outras despesas indedutíveis	84.688	84.688	16.237	16.237
Total das adições	81.102	81.102	38.841	38.841
Base de cálculo	(312.897)	(312.897)	(551.053)	(551.053)
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%		10%	
Despesa com tributos às alíquotas nominais	78.248	28.161	137.787	49.595
Complemento de variação cambial não realizada	256	(311)	25.093	9.033
Total da despesa com tributos	78.504	27.850	162.880	58.628
Alíquota efetiva	19,92%	7,07%	27,61%	9,94%

(b) Imposto diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(b.1) Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

	Balancos patrimoniais		Resultado		Outros resultados abangentes	
	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Tributos diferidos ativos:						
Provisão para processos judiciais e outros	256.334	222.770	33.564	(44.231)	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	230.895	204.613	73.521	30.726	(47.239)	-
Benefício pós-emprego	219.004	220.989	-	-	(1.985)	(44.703)
Instrumentos financeiros derivativos	92.988	-	92.988	14.028	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - PL	29.260	14.028	-	14.028	15.232	-
Arrendamento - CPC 06 (R2)	3.336	-	1.546	-	1.790	-
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	-	-	-	-	-	-
Ativo indenizável (concessão)	43.602	13.770	(89.798)	-	119.630	-
Outras provisões	228.166	249.518	(21.217)	76.407	(135)	-
Total dos diferidos ativos	1.103.585	925.688	90.604	90.958	87.293	(44.703)
Tributos diferidos passivos:						
Reserva de reavaliação regulatória ("VNRR")	(242.082)	(271.485)	8.518	(14.389)	20.885	(78.485)
Diferido perdas de bens	(9.087)	(3.048)	-	-	(6.039)	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	(8.905)	8.905	67.529	-	14.755
Ativo indenizável (concessão)	(1.673)	-	(1.673)	288	-	-
Outros	-	-	-	-	(109.777)	-
Total dos diferidos passivos	(252.842)	(283.438)	15.750	53.428	(94.931)	(63.730)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos	850.743	642.250	106.354	144.386	(7.638)	(108.433)

(b.2) Estimativa de realização

Uso de estimativas

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

Ano de Realização	Dez/22
2023	360.571
2024	96.009
2025	109.892
2026	51.868
2027 a 2029	176.260
2030 a 2032	308.985
Total	1.103.585

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços, etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia.

O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

23. Custos e despesas operacionais

	2022				2021			
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(114.894)	-	(48.287)	(163.181)	(118.179)	-	(44.093)	(162.272)
Material	(16.542)	-	(3.424)	(19.966)	(18.307)	-	(4.541)	(22.848)
Serviços de terceiros	(612.490)	(21.085)	(57.053)	(690.628)	(515.762)	(17.807)	(39.325)	(572.894)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.661.267)	-	-	(2.661.267)	(3.664.274)	-	-	(3.664.274)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(1.039.822)	-	-	(1.039.822)	(1.283.106)	-	-	(1.283.106)
Depreciação e amortização	(442.671,00)	-	(25.132)	(467.803)	(507.378)	-	(16.558)	(523.936)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	(197.453)	-	(197.453)	-	(576.370)	-	(576.370)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	(114.268)	(114.268)	-	-	(90.249)	(90.249)
Outras despesas operacionais	(175.659,000)	-	(155.183)	(330.842)	(180.358)	-	(79.815)	(260.173)
Subtotal	(5.063.345)	(218.538)	(403.347)	(5.685.230)	(6.287.364)	(594.177)	(274.581)	(7.156.122)

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**24. Resultado financeiro**

	2022	2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	23.321	12.730
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	53.547	45.082
Multa por impontualidade de clientes	90.982	56.261
Variação monetária	3.651	1.218
Variação cambial de dívida	356.440	375.245
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	3.569	464.208
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	10.214	4.212
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	-	4.987
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	82.908	31.883
Outras receitas financeiras	33.630	20.360
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(15.047)	(5.053)
Subtotal	643.215	1.011.133
Despesas financeiras		
Variação cambial	(1.416)	(6.366)
Variação cambial de dívidas	(3.576)	(490.705)
Dívida - Marcação a mercado	(36.666)	(2.158)
Encargos de dívidas	(11.328)	(54.665)
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	(44.028)	(46.201)
Juros debêntures	-	(46.174)
Atualização de Provisão para processos judiciais e outros (a)	(135.977)	(81.470)
Encargos fundo de pensão	(26.818)	(38.922)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	(356.459)	(352.279)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	(5.307)	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(385.630)	(66.505)
Encargos de mútuos	(356.103)	(139.636)
IOF/IOC	(3.261)	(2.455)
Outras despesas financeiras	(74.954)	(58.316)
Subtotal	(1.441.523)	(1.385.852)
Total do resultado financeiro	(798.308)	(374.719)

25. Objetivos e políticas para a gestão de riscos financeiros**Considerações gerais**

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



25.1 Instrumentos financeiros

25.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Categoria	Nível	31/12/2022		31/12/2021	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	68.143	68.143	240.971	240.971
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	128.982	128.982	116.718	116.718
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	Empréstimos e recebíveis	2	2.111.539	2.111.539	1.746.150	1.746.150
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	-	-	58.250	58.250
Ativos financeiros setoriais	Empréstimos e recebíveis	2	707.969	707.969	861.618	861.618
Total do Ativo			3.016.633	3.016.633	3.023.707	3.023.707
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	2.422.087	2.267.798	2.847.018	2.879.278
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	2.750.098	2.388.592	3.129.013	2.658.421
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	315.907	315.907	73.316	73.316
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	Valor justo por meio de resultado	2	6.978	6.978	-	-
Passivos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	848.050	848.050	454.757	454.757
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	64.875	64.875	-	-
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.239.449	1.239.449	1.358.499	1.358.499
Total do Passivo			7.647.444	7.131.649	7.862.603	7.424.271

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “*expertise*” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2022 são os seguintes:

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
BNP PARIBAS S.A II	23/12/2020	23/12/2022	Cash Flow	USD + 1,63%aa	CDI + 0,79% aa	199.999
SCOTIABANK S.A III	01/02/2021	03/02/2025	Cash Flow	USD + 1,3930%aa	CDI + 1,48% aa	200.000
SCOTIABANK S.A IV	26/02/2021	26/02/2025	Cash Flow	USD + 1,3930%aa	CDI + 1,48% aa	120.000
CREDIT AGRICOLE	28/06/2021	03/07/2023	Cash Flow	EUR + 1,29%aa	CDI + 1,53% aa	294.500
HSBC BANK	08/07/2021	10/07/2023	Cash Flow	EUR + 1,29%aa	CDI + 1,66% aa	299.800
ITAÚ S.A.	03/09/2021	03/09/2024	Cash Flow	EUR + 1,53%aa	CDI + 1,79% aa	306.765
HSBC BANK II	13/10/2021	14/10/2024	Cash Flow	EUR + 1,59%aa	CDI + 1,77% aa	257.600
Bradesco	14/12/2021	16/12/2024	Cash Flow	EUR + 1,65%aa	CDI + 1,78% aa	347.881
BNP PARIBAS S.A III	28/12/2021	31/12/2022	Cash Flow	EUR + 1,06%aa	CDI + 1,23% aa	1.025.952
BNP PARIBAS S.A IV	28/12/2022	28/12/2023	Fair Value	EUR + 6,29%aa	CDI + 2,59% aa	1.041.014
BNP PARIBAS S.A V	03/01/2023	03/01/2025	Trading	EUR + 5,76%aa	CDI + 2,59% aa	262.103
						4.355.614

A movimentação é como segue:

	Derivativos
Saldos em 31 de dezembro de 2020	333.416
Juros provisionados	(61.519)
Variação cambial	111.929
Marcação a mercado no resultado	4.212
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(43.396)
Pagamentos de juros	15.103
Recebimentos Principal	(374.811)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(15.066)
Juros provisionados	(385.630)
Variação cambial	(352.890)
Marcação a mercado no resultado	4.907
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(44.799)
Recebimentos de juros	348.393
Recebimentos principal	122.200
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(322.885)

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) em 31 de dezembro de 2022 estão dispostos abaixo:

Contraparte	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abrangentes	Resultado financeiro
SCOTIABANK S.A III	(36.238)	(18.460)	(17.778)	-
SCOTIABANK S.A IV	(20.932)	(9.897)	(11.035)	-
CREDIT AGRICOLE	(37.428)	(34.345)	(3.083)	-
HSBC BANK	(42.689)	(41.194)	(1.495)	-
ITAÚ S.A.	(57.537)	(41.562)	(15.975)	-
HSBC BANK II	(56.366)	(42.364)	(14.002)	-
Bradesco	(64.717)	(42.028)	(22.689)	-
BNP PARIBAS S.A IV	(1.671)	(11.885)	-	10.214
BNP PARIBAS S.A V	(5.307)	-	-	(5.307)
Total	(322.885)	(241.735)	(86.057)	4.907

As operações descritas acima se qualificam para hedge accounting e estão classificadas como (i) hedge de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) hedge de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de dezembro de 2022.

(i) Hedge de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do hedge é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

(ii) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos e exposição cambial. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquida da posição do hedge estão demonstrados a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Dívida	Taxa de juros contratual a.a.	31.12.2022	Categoria
SCOTIABANK 4131 III	USD + 1,393%	193.660	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,393%	(176.818)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,48%	213.056	Cash Flow
		229.898	
SCOTIABANK 4131 IV	USD + 1,393%	116.089	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,393%	(105.738)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,48%	126.671	Cash Flow
		137.022	
EFI - Credit Agreement III 50 MEUR	EUR + 1,29%	281.872	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 1,29%	(279.605)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,53%	317.033	Cash Flow
		319.300	
EFI - Credit Agreement IV 50 MEUR	EUR + 1,29%	280.034	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 1,29%	(277.511)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,66%	320.200	Cash Flow
		322.723	
EFI - Credit Agreement V 50 MEUR	EUR + 1,53%	279.712	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 1,53%	(267.150)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,79%	324.689	Cash Flow
		337.251	
EFI - Credit Agreement VI 40 MEUR	EUR + 1,59%	223.394	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 1,59%	(214.002)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,77%	270.368	Cash Flow
		279.760	
EFI - Credit Agreement VII 55 MEUR	EUR + 1,65%	308.273	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 1,65%	(290.539)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,78%	355.256	Cash Flow
		372.990	
EFI - Credit Agreement IX 185 MEUR	EUR + 1,06%	1.067.064	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 1,06%	(1.066.402)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,23%	1.068.070	Cash Flow
		1.068.732	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 1,06%	(5.026)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	EUR + 1,06%	10.333	Cash Flow
		5.307	

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor justo se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de swap na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 31 de dezembro de 2022, o saldo do swap a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

25.1.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- **Nível 1** - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

25.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da *Holding* (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas, etc., que serão aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para isso, existe um procedimento organizacional de gestão de riscos aplicável às empresas da América Latina, o qual complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de *commodities* , política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), e política de mudanças climáticas.

Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, *compliance* , operacional, e 37 sub-categorias de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar seus riscos:

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O sistema de gestão de risco da Companhia considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócios e controles internos são a primeira linha de defesa, a área de gestão de riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de gestão de riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e *Risk Owners* como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação.

b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como de baixa probabilidade, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. No caso de transações financeiras, essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2022 é:

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	68.143	240.971
Títulos e valores mobiliários	b.1.1	128.982	116.718
Instrumentos financeiros derivativos	b.1.1	-	58.250
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	b.1.2	2.111.539	1.746.150
Ativos financeiros setoriais	b.1.3	(140.081)	406.861
		2.168.583	2.568.950

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Em 31 de dezembro de 2022, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência *Standard & Poor's* (escala nacional):

Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.12.2022	31.12.2021
AAA	175.245	346.251
AA+	3.371	4.855
AA	3.780	812
Total geral	182.396	351.918

Instrumentos financeiros derivativos	31.12.2022	31.12.2021
AA-	(322.885)	(15.066)
Total geral	(322.885)	(15.066)

b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negatização de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via “SMS”, e-mail e “URA” (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva (“*Predictive Analytics*”) possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

b.1.3) Ativo financeiro setorial e bens vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão.

b.1.4) Operação com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de swap vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia.

b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo.

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	-	5.976.031
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 25)	322.885	15.066
Dívida	322.885	5.991.097
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(68.143)	(240.971)
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	(128.982)	(116.718)
Dívida líquida (a)	125.760	5.633.408
Patrimônio líquido (b)	4.317.900	2.983.347
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	2,83%	65,38%

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2022 é de 2,83% (65,38% em 31 de dezembro de 2021), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 80.000.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho Nº 2.979/2018, no valor de até R\$ 1.700.000.

Com uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 1.000.000 e R\$ 600.000, através do despacho Nº 1.923 de 01 de julho de 2020, o qual passou a R\$ 3.300.000. Recentemente, esse limite foi ampliado em mais R\$ 2.500.000 por meio do despacho de 26 de novembro de 2021, totalizando R\$ 5.800.000. dos quais em 31 de dezembro de 2022, estavam disponíveis R\$ 1.095.057.

A Companhia também possui limite de mútuo com as mutuantes CDSA e Enel CIEN aprovado pela ANEEL, por meio do despacho Nº 647/2021, no valor de até R\$ 500.000.

Os créditos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 1.777.384, possuem exigibilidade flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2022					
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	697	3.625	3.667	315.434	323.423
Empréstimos e financiamentos partes relacionadas	-	125.599	2.293.601	2.869.583	5.288.783
Instrumentos financeiros derivativos - recebimentos	-	21.437	382.865	296.498	700.800
Total	697	150.661	2.680.133	3.481.515	6.313.006

b.4) Riscos de mercado

b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 98,71% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI).

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.12.2022	%	31.12.2021	%
Selic	15.560	8,53%	20.167	5,73%
CDI	166.836	91,47%	331.751	94,27%
Total	182.396	100,00%	351.918	100,00%

Ativo indenizável	31.12.2022	%	31.12.2021	%
IPCA	6.412.960	100,00%	5.287.315	100,00%
Total	6.412.960	100,00%	5.287.315	100,00%

Empréstimos, financiamentos e derivativos	31.12.2022	%	31.12.2021	%
Taxa fixa	70.753	1,29%	619.722	10,34%
CDI	5.424.317	98,71%	5.371.375	89,66%
Total	5.495.070	100,00%	5.991.097	100,00%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das dívidas e ativos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Ativos financeiros	Posição em 31.12.2022	Projeção receitas financeiras - 2023				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
SELIC		6,71%	10,06%	13,42%	16,77%	20,13%
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	68.143	4.572	6.855	9.143	11.428	13.717
CDI		6,71%	10,06%	13,42%	16,77%	20,13%
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	68.143	4.572	6.855	9.143	11.428	13.717
IPCA		2,54%	3,81%	5,08%	6,35%	7,62%
Ativo indenizável	6.412.960	162.889	244.334	325.778	407.223	488.668
Subtotal	6.549.246	172.033	258.044	344.064	430.079	516.102

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota 15.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Dívidas	Posição em 31.12.2022	Projeção despesas financeiras - 2023				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI						
MÚTUO ENEL BRASIL 55	(3.445)	(42)	(42)	(42)	(42)	(42)
EFI - Credit Agreement	(240.378)	(11.563)	(16.656)	(21.607)	(26.422)	(31.110)
EFI - Credit Agreement II 230MBRL	(256.593)	(6.582)	(9.298)	(11.938)	(14.506)	(17.007)
MÚTUO ENEL BRASIL 59	(76.814)	(1.526)	(2.136)	(2.728)	(3.305)	(3.866)
MÚTUO ENEL BRASIL 60	(30.300)	(602)	(843)	(1.076)	(1.304)	(1.525)
MÚTUO ENEL BRASIL 61	(14.123)	(281)	(393)	(502)	(608)	(711)
Swap						
SCOTIABANK 4131 III	(193.660)	115.742	39.855	(15.563)	(59.474)	(95.962)
SCOTIABANK 4131 III - SWAP PA	176.818	(105.676)	(36.389)	14.210	54.302	87.617
SCOTIABANK 4131 III - SWAP PP	(213.056)	(17.249)	(24.000)	(30.563)	(36.947)	(43.163)
SCOTIABANK 4131 IV	(116.089)	69.381	23.891	(9.329)	(35.651)	(57.524)
SCOTIABANK 4131 IV - SWAP PA	105.738	(63.195)	(21.761)	8.498	32.473	52.395
SCOTIABANK 4131 IV - SWAP PP	(126.671)	(10.255)	(14.269)	(18.171)	(21.967)	(25.662)
EFI - Credit Agreement III 50 MEUR	(281.872)	97.861	33.416	(13.647)	(50.937)	(81.924)
EFI - Credit Agreement III 50MEUR - SWAP PA	279.605	(97.074)	(33.147)	13.537	50.527	81.265
EFI - Credit Agreement III 50MEUR - SWAP PP	(317.033)	(15.116)	(21.000)	(26.719)	(32.282)	(37.698)
EFI - Credit Agreement IV 50 MEUR	(280.034)	97.223	33.198	(13.558)	(50.605)	(81.389)
EFI - Credit Agreement IV 50MEUR - SWAP PA	277.511	(96.347)	(32.899)	13.436	50.149	80.656
EFI - Credit Agreement IV 50MEUR - SWAP PP	(320.200)	(15.517)	(21.461)	(27.237)	(32.856)	(38.327)
EFI - Credit Agreement V 50 MEUR	(279.712)	159.452	49.580	(30.657)	(94.232)	(147.062)
EFI - Credit Agreement V 50MEUR - SWAP PA	267.150	(152.291)	(47.354)	29.280	90.000	140.457
EFI - Credit Agreement V 50MEUR - SWAP PP	(324.689)	(27.284)	(37.576)	(47.579)	(57.311)	(66.786)
EFI - Credit Agreement VI 40 MEUR	(223.394)	127.224	39.470	(24.615)	(75.392)	(117.587)
EFI - Credit Agreement VI 40MEUR - SWAP PA	214.002	(121.875)	(37.811)	23.580	72.223	112.644
EFI - Credit Agreement VI 40MEUR - SWAP PP	(270.368)	(22.666)	(31.235)	(39.565)	(47.669)	(55.558)
EFI - Credit Agreement VII 55 MEUR	(308.273)	175.393	54.291	(34.148)	(104.221)	(162.451)
EFI - Credit Agreement VII 55MEUR - SWAP PA	290.539	(165.303)	(51.168)	32.184	98.226	153.106
EFI - Credit Agreement VII 55MEUR - SWAP PP	(355.256)	(29.818)	(41.078)	(52.023)	(62.671)	(73.038)
EFI - Credit Agreement IX 185 MEUR	(1.067.064)	561.586	140.836	(166.432)	(409.891)	(612.201)
EFI - Credit Agreement IX 185 MEUR - SWAP PA	1.066.399	(561.236)	(140.748)	166.328	409.636	611.820
EFI - Credit Agreement IX 185 MEUR - SWAP PP	(1.068.070)	(98.175)	(132.050)	(164.978)	(197.012)	(228.201)
EFI - Credit Agreement X46MEUR - SWAP PA	5.026	(2.669)	(688)	758	1.905	2.857
EFI - Credit Agreement X46MEUR - SWAP PP	(10.333)	(950)	(1.278)	(1.596)	(1.906)	(2.208)
Subtotal	(3.694.639)	(219.430)	(340.743)	(452.462)	(557.770)	(658.185)
Total da exposição líquida	2.854.607	857.801	1.275.105	1.702.002	2.135.309	2.573.511

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

b.4.2) Risco de câmbio

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar esse risco, em 31 de dezembro de 2022, todas as dívidas mais relevantes na modalidade de 4131 indexadas ao dólar e ao euro possuem contratos de swap (Dólar/Euro para Real/Spread para CDI). A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2022 (em reais).

Passivos em moeda estrangeira	31.12.2022
Empréstimos e Financiamento	2.750.098
Exposição Patrimonial	2.750.098
Ponta Ativa - Instrumentos Financeiros	(2.682.789)
Exposição Cambial Total	67.309

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A Companhia também está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

Exposição às taxas de câmbio	Moeda estrangeira	31.12.2022
Fornecedores (Itaipu)	16.544	86.324
Passivo líquido exposto	16.544	86.324

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

b.4.3) Risco de preço regulação

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa Aneel nº 1.003, de 1º de fevereiro de 2022), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

c) Outros riscos

c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia da Companhia consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCS (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1009, de 22 de março de 2022, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

Um fator que impacta consideravelmente o nível de contratação é a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, e, até o momento, a empresa não possui em seu portfólio contratos vigentes que permitam essa redução. Além disso, a crescente instalação de centrais de geração distribuída na área de concessão da companhia também tem contribuído bastante para a elevação dos níveis de contratação.

A sobrecontratação advinda da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores. De igual maneira, com base na Lei 14.300, de 06 de janeiro de 2022, a Companhia também entende que a sobrecontratação provocada pela instalação de centrais de geração distribuída também é involuntária, e repassada aos consumidores.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 1009 de 2022 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCS de energia existente e de energia nova.

26. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 2.658.521 em 2023, R\$ 2.769.542 em 2024, R\$ 2.813.089 em 2025, R\$ 2.899.051 em 2026 e R\$ 46.777.740 após 2026.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 que foram homologados pela ANEEL.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



27. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil.

Bens segurados	Riscos cobertos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2022	31/10/2023	R\$ 7.278.659	R\$ 5.186.149
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2022	31/10/2023	-	R\$ 104.946
-	Responsabilidade civil de administradores	10/11/2022	10/11/2023	-	R\$ 77.618
-	Riscos ambientais	31/10/2022	31/10/2023	-	R\$ 103.723
-	Frota	14/08/2022	14/08/2023	-	R\$ 1.000

(i) Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

28. Informações complementares às demonstrações dos fluxos de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

	31.12.2022	31.12.2021
Compensação CDE (nota 16)	25.969	25.969

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato).

A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros de empréstimos e debentures alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	31.12.2022	31.12.2021
Pagamentos de juros apresentados nas atividades operacionais	(203.174)	(164.623)
Pagamentos de juros apresentados nas atividades de investimentos (juros capitalizados)	(248)	(496)
	(203.422)	(165.119)

Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis regulatórias avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Efeito caixa			Nota explicativa	
Demonstrações do fluxo de caixa	31.12.2022	31.12.2021	Nº	Descrição
Atividades de financiamentos:				
Captação de empréstimos e financiamentos	1.342.834	3.744.100	15	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de debêntures (principal)	-	(1.000.000)	18	Debêntures
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(1.994.491)	(1.574.154)	15	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de arrendamento (principal)	(14.476)	(14.513)		
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	(122.200)	374.811	27	Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro
Pagamento de dividendos	(29)	(24)	30	Conforme demonstrado no quadro a seguir
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(788.362)	1.530.220		

Quanto aos dividendos, a conciliação é conforme segue:

	Efeito não caixa		Efeito caixa		
	31.12.2021	Dividendos prescritos	Dividendos mínimos	Dividendos pagos	31.12.2022
Dividendos a pagar	77.771	(29)	-	(29)	77.713

	Efeito não caixa		Efeito caixa		
	31.12.2020	Dividendos prescritos	Dividendos mínimos	Dividendos pagos	31.12.2021
Dividendos a pagar	57.987	-	19.808	(24)	77.771

29. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário

Apresentamos a seguir a reconciliação das informações apresentadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil com as informações regulatórias.

Notas	31/12/2022			31/12/2021			
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório	
ATIVO							
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	4	68.143	-	68.143	240.971	-	240.971
Títulos e valores mobiliários	5	128.982	-	128.982	116.718	-	116.718
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	6	2.018.136	(211.534)	1.806.602	2.039.645	(350.484)	1.689.161
Ativo financeiro setorial	9	-	599.019	599.019	307.903	383.981	691.884
Créditos a receber - subvenção e outros	7	14.013	-	14.013	95.367	-	95.367
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	8	197.467	-	197.467	221.647	-	221.647
Outros tributos compensáveis	8	559.021	-	559.021	588.234	-	588.234
Serviços em curso		60.980	-	60.980	47.816	-	47.816
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	-	-	18.141	-	18.141
Outros créditos		185.642	62.959	248.601	167.387	429	167.816
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		3.232.384	450.444	3.682.828	3.843.829	33.926	3.877.755
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	6	304.937	-	304.937	56.989	-	56.989
Ativo financeiro setorial	9	-	108.950	108.950	98.958	70.776	169.734
Depósitos vinculados	17	199.864	-	199.864	261.823	-	261.823
Outros tributos compensáveis	8	2.898.745	-	2.898.745	2.881.905	-	2.881.905
Tributos diferidos	22	378.354	725.231	1.103.585	268.169	657.519	925.688
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	-	-	40.109	-	40.109
Ativo indenizável (concessão)		6.412.960	(6.412.960)	-	5.287.315	(5.287.315)	-
Imobilizado	10	140.111	8.391.751	8.531.862	106.659	7.932.449	8.039.108
Intangível	11	2.429.582	(1.814.177)	615.405	2.426.651	(1.980.280)	446.371
Ativos contratuais		939.380	(939.380)	-	956.056	(956.056)	-
Bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica		-	-	-	-	1.141	1.141
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		13.703.933	59.415	13.763.348	12.384.634	438.234	12.822.868
TOTAL DO ATIVO		16.936.317	509.859	17.446.176	16.228.463	472.160	16.700.623

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 Em 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Notas	31/12/2022			31/12/2021			
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório	
PASSIVO							
PASSIVO CIRCULANTE							
Fornecedores	12	1.239.449	-	1.239.449	1.358.499	-	1.358.499
Empréstimos e financiamentos	14	2.258.138	-	2.258.138	3.103.069	-	3.103.069
Obrigações por arrendamentos		16.594	-	16.594	18.358	(18.358)	-
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores		405.093	-	405.093	436.501	-	436.501
Salários, provisões e encargos sociais		57.752	-	57.752	65.536	-	65.536
Passivo financeiro setorial	9	86.638	599.019	685.657	-	383.981	383.981
Outras obrigações fiscais		125.081	-	125.081	191.988	-	191.988
Dividendos a pagar		77.713	-	77.713	77.771	-	77.771
Encargos setoriais		109.342	-	109.342	82.687	-	82.687
Instrumentos financeiros derivativos	25	120.901	-	120.901	59.340	-	59.340
Provisão para processos judiciais e outros riscos	17	-	-	-	486	-	486
Outras obrigações		78.749	-	78.749	197.542	-	197.542
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		4.575.450	599.019	5.174.469	5.591.777	365.623	5.957.400
PASSIVO NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	14	2.914.047	-	2.914.047	2.872.962	-	2.872.962
Obrigações por arrendamentos		48.281	-	48.281	23.161	(23.161)	-
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores		2.834.446	-	2.834.446	2.814.422	-	2.814.422
Outras obrigações fiscais		-	-	-	140.571	-	140.571
Passivo financeiro setorial	9	53.443	108.950	162.393	-	70.776	70.776
Instrumentos financeiros derivativos	25	201.984	-	201.984	13.976	-	13.976
Encargos setoriais		32.865	-	32.865	43.305	-	43.305
Benefícios pós-emprego	15	281.518	-	281.518	348.582	-	348.582
Provisão para processos judiciais e outros riscos	17	758.994	-	758.994	661.898	-	661.898
Outras obrigações		399	-	399	4.846	-	4.846
Tributos diferidos	22	-	259.753	259.753	-	283.438	283.438
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	18	-	445.711	445.711	-	505.100	505.100
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		7.125.977	814.414	7.940.391	6.923.723	836.153	7.759.876
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	19	4.138.230	-	4.138.230	2.498.230	-	2.498.230
Reservas de capital		23.254	-	23.254	23.254	-	23.254
Reservas de lucros		1.130.203	(550.702)	579.501	1.218.709	(550.702)	668.007
Reservas de reavaliação regulatória		-	586.317	586.317	-	532.360	532.360
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial		(56.797)	-	(56.797)	(27.230)	-	(27.230)
Prejuízos acumulados		-	(939.189)	(939.189)	-	(711.274)	(711.274)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.234.890	(903.574)	4.331.316	3.712.963	(729.616)	2.983.347
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.936.317	509.859	17.446.176	16.228.463	472.160	16.700.623

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 Em 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Notas	2022			2021			
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório	
Receita / ingresso							
Fornecimento de energia elétrica	20	8.594.978	125.488	8.720.466	8.788.142	319.529	9.107.671
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	20	(59.199)	59.199	-	(30.602)	30.602	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	20	1.043.002	-	1.043.002	861.196	-	861.196
Venda de Energia Excedente - MVE	20	124.322	(124.322)	-	406.460	(406.460)	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	20	261.498	(261.498)	-	459.053	(459.053)	-
Outras receitas	20	520.924	48.395	569.319	412.624	117.897	530.521
Receita de construção	20	1.453.300	(1.453.300)	-	1.104.418	(1.104.418)	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	20	352.406	(376.988)	(24.582)	1.413.225	(616.168)	797.057
		12.291.231	(1.983.026)	10.308.205	13.414.516	(2.118.071)	11.296.445
Deduções da receita bruta							
ICMS	20	(2.276.746)	-	(2.276.746)	(2.538.728)	-	(2.538.728)
PIS-PASEP	20	(129.420)	-	(129.420)	(165.836)	-	(165.836)
COFINS	20	(596.116)	-	(596.116)	(763.850)	-	(763.850)
ISS	20	(4.984)	-	(4.984)	(4.879)	-	(4.879)
Encargos - Parcela "A"	20						
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	20	(29.852)	-	(29.852)	(34.231)	-	(34.231)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	20	(1.142.027)	-	(1.142.027)	(804.888)	-	(804.888)
Programa de eficiência energética - PEE	20	(29.852)	-	(29.852)	(34.231)	-	(34.231)
Taxa de fiscalização	20	(9.667)	-	(9.667)	(8.855)	-	(8.855)
Encargos do consumidor - CCRBT	20	(339.846)	339.846	-	(585.649)	585.649	-
		(4.558.510)	339.846	(4.218.664)	(4.941.147)	585.649	(4.355.498)
Receita líquida / ingresso líquido		7.732.721	(1.643.180)	6.089.541	8.473.369	(1.532.422)	6.940.947
Custos não gerenciáveis - parcela "A"	20						
Energia elétrica comprada para revenda	23	(2.661.267)	-	(2.661.267)	(3.664.274)	-	(3.664.274)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	23	(1.039.822)	-	(1.039.822)	(1.283.106)	-	(1.283.106)
		(3.701.089)	-	(3.701.089)	(4.947.380)	-	(4.947.380)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		4.031.632	(1.643.180)	2.388.452	3.525.989	(1.532.422)	1.993.567

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 Em 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Notas	2022			2021			
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório	
Custos gerenciáveis - parcela "B"							
Pessoal e administradores	21	(155.669)	(7.512)	(163.181)	(155.883)	(6.389)	(162.272)
Serviços de terceiros	23	(586.871)	(103.757)	(690.628)	(563.904)	(8.990)	(572.894)
Material	23	(18.774)	(1.192)	(19.966)	(19.592)	(3.256)	(22.848)
Arrendamentos e aluguéis	23	3.972	(20.479)	(16.507)	3.972	(17.185)	(13.213)
Seguros	23	(6.370)	-	(6.370)	(7.192)	-	(7.192)
Doações, contribuições e subvenções	23	(2.064)	-	(2.064)	(1.503)	-	(1.503)
Provisão créditos de liquidação duvidosa	23	(256.566)	59.113	(197.453)	(518.051)	(58.319)	(576.370)
Provisão para processos judiciais e outros	23	(114.268)	-	(114.268)	(90.249)	-	(90.249)
Tributos	23	(4.364)	-	(4.364)	(3.253)	-	(3.253)
Depreciação e amortização	23	(560.863)	93.060	(467.803)	(465.715)	(58.221)	(523.936)
Outros despesas operacionais	23	(133.170)	(168.368)	(301.538)	(133.170)	(101.842)	(235.012)
Receita de multa por impontualidade de clientes	23	90.982	(90.982)	-	56.261	(56.261)	-
Outras receitas operacionais	23	(67.010)	67.010	-	447	(447)	-
Custo de construção	23	(1.453.300)	1.453.300	-	(1.104.417)	1.104.417	-
		(3.264.335)	1.280.193	(1.984.142)	(3.002.249)	793.507	(2.208.742)
Resultado da atividade		767.297	(362.987)	404.310	523.740	(738.915)	(215.175)
Resultado financeiro							
Receitas financeiras	24	552.234	90.981	643.215	952.201	58.932	1.011.133
Despesas financeiras	24	(1.415.903)	(25.620)	(1.441.523)	(1.378.133)	(7.719)	(1.385.852)
		(863.669)	65.361	(798.308)	(425.932)	51.213	(374.719)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		(96.372)	(297.626)	(393.998)	97.808	(687.702)	(589.894)
Imposto de renda	22	3.233	75.271	78.504	(10.586)	114.318	103.732
Contribuição social	22	752	27.098	27.850	(3.820)	121.596	117.776
Lucro do exercício		(92.387)	(195.257)	(287.644)	83.402	(451.788)	(368.386)
Lucro por ação originado das operações		(0,38461)		(1,19747)	0,50051		(2,21074)
Básico - lucro de operações							
Atribuíveis a acionistas controladores		(0,38384)		(1,19508)	0,49918		(2,20487)
Detentores de ações ordinárias		(0,00077)		(0,00239)	0,00133		(0,00588)
Diluído - lucro de operações							
Atribuíveis a acionistas controladores		(0,38384)		(1,19508)	0,49918		(2,20487)
Detentores de ações ordinárias		(0,00077)		(0,00239)	0,00133		(0,00588)

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A seguir apresentamos a natureza e as devidas fundamentações dos ajustes apresentados nos quadros dispostos acima:

29.1 Provisão estimada para créditos de liquidações duvidosas

A diferença de GAAP decorre de o fato do Regulador não ter acatado no balancete regulatório os impactos da implementação dos IFRSs vigentes a partir de 01.01.2018, ou seja, do IFRS 9, que resultou em mudanças nos critérios de mensuração da provisão para recuperação de ativos.

O cálculo da PECLD (Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa) no balancete regulatório toma por base as regras constantes no MCSE, que determinam o reconhecimento da provisão para cada morosidade de classe de consumo - tomando por base dados históricos, e para fins do IFRS 9 a provisão considera dados históricos e expectativas futuras de perda, havendo uma análise individual ou coletiva para determinados perfis ou grupos de clientes.

29.2 Ativos e passivos regulatórios

Para fins regulatórios, a Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A” é constituída pelo valor de reposição dos custos da Parcela “A” ocorridos em períodos intercalares às datas de reajuste/revisão tarifária por natureza (CVA Energia, Custo de Itapu, Proinfa, Rede Básica, Transporte Itapu, ESS, CDE, CFURH e os demais ativos e passivos regulatórios), sendo a sua classificação contábil apresentada no ativo, quando CVA é credora, e no passivo, quando esta é devedora. Para fins societários, a Companhia, com base no CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração reconhece o efeito líquido da CVA tanto em contas patrimoniais como no resultado do período, baseada no fundamento de que a sua realização ocorrerá pelo valor líquido total, independente da natureza.

Em decorrência da entrada em vigor do Despacho nº 4.356/17 que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018, o qual redefiniu os registros contábeis aprovados inicialmente no Ofício Circular nº 185/2015, retificado pelo Despacho de Encerramento nº 245/2016 relativos aos repasses recebidos/devidos à CCRBT. Na situação em que haja um repasse à CCRBT pela distribuidora será registrado como encargo do consumidor; na situação em que haja um repasse da CCRBT à concessionária será registrado um direito a receber da CCRBT em Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido. Vale ressaltar que apenas no societário, a Companhia reclassifica o efeito devedor ou credor da bandeira tarifária da CCRBT para a Parcela A.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrava os efeitos da CCRBT da seguinte forma:

- No societário, o repasse recebido/devido à CCRBT, aprovado no Despacho, bem como a proveniente de bandeiras tarifárias, eram registrados como receita CVA, exceto, o valor correspondente a bandeira tarifária que vinha sendo registrado como fornecimento faturado.
- No regulatório, o repasse recebido/devido à CCRBT, aprovado no Despacho, bem como a proveniente de bandeiras tarifárias, eram registrados como receita CVA, exceto, o valor correspondente a bandeira tarifária que vinha sendo registrado como encargo ao consumidor.

29.3 Tributos diferidos

As diferenças de classificação contábil apresentadas no quadro de reconciliação das demonstrações contábeis societárias para a regulatórias ocasionaram em estornos na constituição de tributos diferidos sobre o resultado financeiro do IFRIC 12, bem como sobre os tributos diferidos relativos à reavaliação regulatória.

29.4 Ativos financeiros da concessão

Para fins societários a Companhia reconhece a expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização) tomando por base o laudo de avaliação dos bens vinculados a concessão acrescido da atualização monetária dos saldos tomando por base a variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”).

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão (“ICPC 01”), mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

O valor correspondente a parcela indenizável da concessão está classificada como imobilizado ou vinculado a concessão, diferentemente do societário que apresenta este montante como um ativo financeiro e não um ativo não monetário.

29.5 Imobilizado

29.5.1 Reavaliação compulsória

Os ajustes decorrem dos montantes realizados pela depreciação e baixa de ativos mensurados pelo Valor Novo de Reposição (“VNR”) atribuído na reavaliação do ativo pelo órgão regulador (ANEEL), segundo a Resolução ANEEL nº 396/2009.

A reavaliação de ativos não é permitida para a contabilidade societária, desde a Adoção da Lei nº 11.638/2007 – conforme disposto no CPC 27 - Imobilizado. Desta forma, o ajuste decorre da divergência de práticas entre a contabilidade societária e regulatória.

29.5.2 Depreciação

Os ajustes são decorrentes da realização mensal das cotas de depreciação dos ativos que tiveram reavaliação regulatória, quando da revisão tarifária realizada em setembro de 2013 e homologada em fevereiro de 2014.

29.6 Intangível

29.6.1 Reavaliação compulsória

Os ajustes decorrem dos montantes realizados pela depreciação e baixa de ativos mensurados pelo Valor Novo de Reposição (“VNR”) atribuído na reavaliação do ativo pelo órgão regulador (ANEEL), segundo a Resolução ANEEL 396/2009.

A reavaliação de ativos não é permitida para a contabilidade societária, desde a adoção da Lei nº 11.638/2007 – conforme disposto no CPC 04 – Ativo Intangível. Desta forma, o ajuste decorre da divergência de práticas entre a contabilidade societária e regulatória.

29.6.2 Amortização

Os ajustes são decorrentes da realização mensal das cotas de amortização dos ativos que tiveram reavaliação regulatória, quando da revisão tarifária realizada em setembro de 2013 e homologada em fevereiro de 2014.

29.7 Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica (“obrigações especiais”)

As obrigações especiais são créditos especiais vinculados aos investimentos aplicados em ativos vinculados à concessão. As obrigações especiais são amortizadas conforme a taxa média de depreciação do grupo do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos. Nas demonstrações contábeis regulatórias societárias as obrigações especiais são classificadas como redutoras do ativo intangível em serviço. Já nas demonstrações contábeis regulatórias, com base no MCSE e ratificado através do despacho nº 3.371, de 22 de dezembro de 2016 da ANEEL, é requerida a divulgação das obrigações especiais no passivo não circulante.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



29.8 Receita operacional

31.8.1. Efeito CPC 47 (IFRS/15)

Estabelece um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens e serviços a um cliente.

Após análise detalhada dessas receitas, a Companhia concluiu que as mesmas são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos ao cliente.

Com base nas análises realizadas, a Companhia concluiu que a adoção desse pronunciamento impactou as suas demonstrações contábeis societárias na classificação das penalidades de seus indicadores individuais de desempenho (DIC, FIC, DMIC e DICRI) que foram reclassificadas de despesa operacional para receita operacional (reduzindo a receita de TUSD).

Para fins de contabilidade regulatória, esta prática contábil não é adotada, permanecendo os critérios definidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Assim sendo, essa norma não impacta no resultado líquido do período, somente entre receita e despesa operacional, visto que na demonstração regulatória o DIC, FIC, DMIC e DICRI é contabilizado como despesa operacional.

29.9 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

29.9.1 Ativo financeiro

Conforme comentado na Nota 32.4, no regulatório não é constituído o ativo financeiro da concessão estando este montante refletido no valor residual dos bens vinculados a concessão no imobilizado/intangível, e para fins do ICPC 01 este montante deve ser reclassificado para um ativo financeiro devido a sua natureza contábil de conversibilidade em caixa ao final da concessão (indenização).

29.9.2 Ativo intangível

Conforme comentado na Nota 32.5, no Regulatório os bens vinculados a concessão estão classificados no Imobilizado ou Intangível a depender da classificação do bem ser tangível ou intangível. Contudo, para fins de ICPC 01, os valores vinculados a concessão passam a ser considerados com um direito de cobrar dos clientes usuários do serviço de distribuição objeto do contrato de concessão ou do órgão regulador a remuneração do custo de construção e manutenção desses ativos.

29.9.3 Receita e custo de construção (resultado)

Para fins societários, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica em atendimento ao CPC 17 (R1) - Contratos (serviços de construção ou melhoria). A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

No que tange à contabilidade regulatória tal prática não foi recepcionada pela ANEEL, que não reconhece ser os custos do investimento, custo e receita de construção.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



29.9.4 Remuneração do ativo financeiro (resultado)

A atualização monetária do ativo financeiro constituído no societário, toma por base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”). O critério de atualização monetária comentado seguiu as orientações da Resolução Normativa nº 686 de 23/11/2015, que dispõe que a base de remuneração dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, deverá ser atualizada pelo pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária anual.

A contabilidade regulatória não recepcionou a nova classificação dos bens vinculados à concessão para o ativo pelo ICPC-01, e desta forma a remuneração deste ativo financeiro também não deve ser informação considerada no Regulatório.

29.10 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Conforme comentado na Nota 32.3 os ajustes entre as demonstrações do resultado societária com a regulatória são decorrentes de mudanças no resultado do período, como a do IFRIC 12, tendo ocasionados mudanças na apuração dos tributos diferidos. A base de cálculo desses tributos tem apenas sua evidenciação na contabilidade societária, pois não fora recepcionada pelo órgão regulador, bem como sobre os tributos diferidos relativos à reavaliação regulatória.

29.11 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório 2022 e 2021

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido societário	5.234.890	3.712.963
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Adoção da PDD segundo os critérios do IFRS 9	(191.238)	(330.163)
Tributos sobre a adoção do IFRS 9	65.021	112.252
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(1.919.802)	(1.575.486)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis (ICPC 01)	652.733	534.490
Ajustes ICPC 01 - Efeito bifurcação	(146.369)	(9.914)
Tributo sobre ajuste ICPC 01 - Efeito bifurcação	49.765	3.371
Reavaliação regulatória compulsória	868.031	806.605
Tributo sobre reavaliação regulatória compulsória	(295.131)	(274.246)
Adoção dos arrendamentos segundo os critérios do IFRS 16	-	5.265
Tributos sobre arrendamentos - IFRS 16	-	(1.790)
Patrimônio líquido regulatório	4.317.900	2.983.347

Conforme comentado nas notas 29.5.1 e 29.6.1, a reavaliação regulatória compulsória originou a diferença entre o valor contábil e o VNR, tendo como base a última revisão tarifária da Companhia. Esta reavaliação tomou por base os termos da Resolução nº 396/2010, que especifica que o registro desta deve ser feito no Grupo 243.01 Patrimônio Líquido - Reserva de Reavaliação. A variação evidenciada entre os ciclos de revisão tarifária decorre da realização das quotas de depreciação, baixas efetuadas nos ativos imobilizados que foram reavaliados pelo órgão regulador, quando da revisão tarifária em 2014 e realização dos impostos diferidos.

Em função dos ajustes comentados nos itens anteriores a reserva de capital de giro é impactada pela diferença existente no prejuízo societário para regulatório, conforme conciliação no quadro a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



29.12 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório 2022 e 2021

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido (prejuízo) conforme contabilidade societária	(92.387)	83.402
Efeito dos Ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Adoção da PDD segundo os critérios do IFRS 9	138.925	(39.700)
Tributos sobre a adoção do IFRS 9	(47.235)	13.493
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(261.497)	(459.053)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis (ICPC 01)	90.083	159.353
Ajustes ICPC 01 - Efeito bifurcação	(136.218)	(46.483)
Tributo sobre ajuste ICPC 01 - Efeito bifurcação	46.314	14.695
Reavaliação regulatória compulsória	(38.833)	(139.071)
Tributos sobre a reserva de reavaliação regulatória compulsória	13.203	47.218
Adoção dos arrendamentos segundo os critérios do IFRS 16	-	(3.394)
Tributos sobre arrendamentos - IFRS 16	-	1.154
Lucro líquido (prejuízo) conforme contabilidade regulatória	(287.645)	(368.386)

30. Eventos subsequentes

Mútuo Enel Finance International N.V.

Tendo em vista a necessidade de capital de giro e se valendo da disponibilidade de crédito com a Enel Finance, a Companhia contratou, em 3 de janeiro de 2023, uma operação de mútuo financeiro na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) no montante de R\$ 262.103. O mútuo possui uma taxa fixa de 5,76% a.a. com vencimento em 03 de janeiro de 2025.

Para mitigar o risco dessa operação à variação cambial, foi contratada simultaneamente uma operação de swap junto ao Banco BNP Paribas Brasil S.A., trocando o valor e taxa pactuada em euros por valor em reais com um custo de CDI + 2,16% a.a.

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de Juros	Desembolsado	Finalidade	Garantias
Enel Finance International N.V. X(c/ Swap)	262.103	03/01/2023	03/01/2025	5,76%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A

Mútuo Enel Brasil

Tendo em vista a necessidade de capital de giro, a Companhia contratou uma operação de mútuo financeiro em 16 de fevereiro de 2023 com a controladora Enel Brasil, no montante de R\$ 30.203. O mútuo possui uma taxa fixa de 1,15% a.a. e possui vencimento em 28 de abril de 2024.

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de Juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
Enel Brasil Mútuo 62	30.203	16/02/2023	28/04/2023	1,15%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A

Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações contábeis regulatórias referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relacionadas a decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Revisão e reajuste tarifário anual

A ANEEL, em reunião pública de sua diretoria realizada em 14 de março de 2023, deliberou sobre a revisão tarifária periódica de 2023 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 15 de março de 2023 (Resolução Homologatória nº 3.177/2023). A ANEEL aprovou um reajuste de +3,79% composto por (i) reajuste econômico de +6,30%, sendo +1,76% de Parcela A, +4,54% de Parcela B e (ii) componente financeiro de -2,51%. Considerando o componente financeiro considerado no último processo tarifário de -0,51%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +3,28%.

O reajuste tarifário médio de +3,28% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo -4,91% e +6,18% para alta e baixa tensão, respectivamente.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Revisão Tarifária 2023	
Encargos Setoriais	-0,59%
Energia Comprada	0,48%
Encargos de Transmissão	1,99%
Receita Irrecuperável	-0,12%
Parcela A	1,76%
Parcela B	4,54%
Reajuste Econômico	6,30%
CVA Total	-5,01%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	2,50%
Reajuste Financeiro	-2,51%
Índice de Reajuste Total	3,79%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	-0,51%
Efeito Para o Consumidor	3,28%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o reajuste tarifário, tiveram os seguintes impactos:

- (i) **Parcela A:** Reajustada em +2,56%, representando +1,76% no reajuste econômico;
- (ii) **Parcela B:** Reajustada em +14,58%, representando uma participação de +4,54% no reajuste econômico;
- (iii) **Componentes financeiros:** Os componentes financeiros aplicados a esta revisão tarifária totalizam um montante negativo de R\$ 178.254, dentre os quais destacam-se: R\$ 355.936 negativos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"); negativos dasobrecontratação de R\$ 182.432; e negativo de PIS/COFINS de R\$ 394.529; sendo estes valores parcialmente compensados por componentes de neutralidade dos encargos setoriais positivo de R\$ 24.760; positivo da escassez hídrica de R\$ 330.524; e previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 207.693.

Bandeira tarifária

A ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores. Desde 16 de abril de 2022, a bandeira tarifária vigente é a verde.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias 2022

Os Diretores da Ampla Energia e Serviços S.A. (“Enel Distribuição Rio” ou “Companhia”), inscrita no CNPJ/MF N° 33.050.071/0001-58, com sede na Praça Leoni Ramos nº 1, Bairro São Domingos, Niterói - RJ, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2023.

Anna Paula Hiotte Pacheco

Diretora Presidente

Julia Freitas de Alcântara Nunes

Diretora de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores

Alain Rosolino

Diretor de Pessoas e Organização

José Nunes de Almeida Neto

Diretor de Relações Institucionais

Janaina Savino Vilella Carro

Diretora de Comunicação

Anna Paula Hiotte Pacheco

Diretora de Regulação

Ana Claudia Gonçalves Rebello

Diretora Jurídica

Luiz Flavio Xavier de Sá

Diretora de Mercado

Fernando Andrade

Diretor de Engenharia e Construção

José Luis Salas Rincon

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Vago

Diretor de Compras

TERMO DE RESPONSABILIDADE – Demonstração Contábil Regulatória

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2023.

Concessionária: **AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A**

Aprovado por ANNA PAULA HIOTTE
PACHECO

em 19/04/2023 às 22:12:30 CEST
Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora-Diretora Presidente

Aprovado por RAFFAELE ENRICO
GRANDI

em 19/04/2023 às 22:12:30 CEST
Julia Freitas de Alcântara Nunes
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

Aprovado por MARA AYESHA LOPEZ
BERRIOS

em 19/04/2023 às 15:48:49 BRT
Mara Ayesha Lopez Berrios
Responsável da Administração
CPF: 065.618.827-84

Aprovado por ALAN DOS REIS
SANTOS

em 19/04/2023 às 15:48:49 BRT
Alan dos Reis Santos
Contador
CRC 1SP244288

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:

X - fornecer informação falsa à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.